

**U.** PORTO

**FEP** FACULDADE DE ECONOMIA  
UNIVERSIDADE DO PORTO

---

POTENCIAL ECONÓMICO DA DIÁSPORA PORTUGUESA - Emigração  
e desenvolvimento da diplomacia económica entre o país de origem (Portugal)  
e os países recetores

**Marta Sofia Filipe Lamarão**

---

Dissertação

Mestrado em Economia e Gestão Internacional

---

Orientado por

**Professora Doutora Maria da Conceição Pereira Ramos**

---

2018

## **Nota bibliográfica**

Marta Sofia Filipe Lamarão nasceu a 24 de julho de 1992 em Matosinhos. Em 2015, terminou a licenciatura em Relações Internacionais na Universidade do Minho, em Braga. Em setembro desse mesmo ano, ingressou no Mestrado em Economia e Gestão Internacional, da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, o qual se encontra em fase de conclusão, para obter o grau de mestre.

## Resumo

Os fluxos migratórios internacionais sempre foram uma realidade em Portugal. Desde o início do milénio, Portugal tem recebido imigrantes de diferentes nacionalidades, mas também tem lidado com a saída de milhares de portugueses todos os anos, em busca de melhores condições de vida ou novas oportunidades no exterior do país.

Da revisão de literatura efetuada até então, verificamos que existem diversos estudos sobre os efeitos económicos e comerciais da imigração em Portugal, mas existe um défice de estudos direcionados para os efeitos da emigração. De forma a contribuir para a diminuição desse défice, pretendemos, com este trabalho, encontrar uma relação entre a emigração portuguesa e o potencial que a mesma pode trazer para a economia do país, tanto ao nível das relações comerciais, como das relações institucionais.

Numa fase inicial, iremos abordar diferentes teorias existentes sobre a migração e a sua relação com o desenvolvimento das relações comerciais entre os países de origem e os países recetores. Posteriormente, será feita uma análise estatística que pretende relacionar as entradas de emigrantes, a sua permanência nos países de acolhimento e o volume de exportação de bens entre Portugal e sete outros países, sendo eles a Alemanha, Angola, Canadá, Espanha, Estados Unidos da América, França e Reino Unido. Por último, iremos analisar os resultados obtidos e verificar se, de facto, podemos afirmar que a diáspora portuguesa contribuiu para o desenvolvimento económico e institucional de Portugal.

**Palavras-chave:** emigração; relações comerciais; relações institucionais; país de origem, Portugal; países de acolhimento.

## **Abstract**

International migration flows have always been a reality in Portugal. Since the beginning of the millennium, Portugal has received several immigrants of different nationalities, but has also been dealing with the departure of thousands of portuguese every year, searching for better living conditions or new opportunities abroad.

From the literature review carried out until then, we have verified that there are several studies on the economic and commercial effects of immigration in Portugal, but there is a lack of studies about the effects of emigration. In order to contribute to the reduction of this deficit, we intend, with this work, to find a connection between the portuguese emigration and the potential that it can bring to the country's economy, both in terms of trade relations and institutional relations.

Initially, we will address different theories on migration and their relation with the development of trade relations between countries of origin and host countries. Then, a statistical analysis will be carried out to compare emigration data with the volume of exports of goods between Portugal and 7 other countries, namely Germany, Angola, Canada, Spain, the United States of America, France and the United Kingdom. Finally, we will analyze the results and verify if, in fact, we can affirm that the portuguese diaspora can influence the economic and institutional development of Portugal.

**Key-words:** migration; trade relations; institutional relations; country of origin; host country.

# Índice

|   |    |
|---|----|
| 1. Introdução.....  | 1  |
| a. Enquadramento do tema.....                                 | 1  |
| b. Motivação e objetivo do trabalho.....                      | 2  |
| 2. Revisão de Literatura.....                                 | 3  |
| a. Teorias das Migrações.....                                 | 3  |
| i. Teorias Neoclássicas – macro e micro.....                  | 4  |
| ii. Teorias <i>Push-pull</i> .....                            | 5  |
| iii. Teoria do Capital Humano.....                            | 6  |
| iv. Teoria da Nova Economia das Migrações.....                | 6  |
| v. Teoria do Mercado de Trabalho Segmentado ou Dual.....      | 7  |
| vi. Teoria do Sistema-Mundo.....                              | 7  |
| vii. Teoria dos Sistemas Migratórios.....                     | 8  |
| viii. Teoria do Transnacionalismo Migratório.....             | 9  |
| ix. Teoria das Redes Sociais Migratórias.....                 | 9  |
| b. Migração, desenvolvimento e impacto no país de origem..... | 10 |
| c. Migração e Comércio Internacional.....                     | 12 |
| 3. Emigração em Portugal e a entrada na União Europeia.....   | 15 |
| a. Evolução da emigração em Portugal.....                     | 17 |
| b. Papel do Estado no regresso dos emigrantes.....            | 19 |
| c. Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020.....         | 22 |
| d. Dados sobre as remessas.....                               | 24 |
| 4. Metodologia.....   | 25 |
| 5. Recolha e análise de dados dos diferentes países.....      | 26 |
| a. Alemanha.....  | 26 |
| b. Angola.....  | 30 |
| c. Canadá.....  | 32 |
| d. Espanha.....   | 36 |
| e. Estados Unidos da América.....                             | 38 |
| f. França.....  | 43 |
| g. Reino Unido.....   | 46 |

|                                    |    |
|------------------------------------|----|
| 6. Considerações finais.....       | 50 |
| a. Conclusão.....                  | 50 |
| b. Limitações.....                 | 51 |
| 7. Referências Bibliográficas..... | 52 |
| a. Webgrafia.....                  | 56 |
| 8. Anexos.....                     | 59 |

## Índice de Tabelas e Gráficos

|   |    |
|---|----|
| Tabela 1 – Portugueses a viver em alguns países europeus entre 1985-2013.....                             | 18 |
| Gráfico 1 – Entrada de portugueses nos principais países de destino da emigração (2016).....              | 18 |
| Gráfico 2 – Exportações de bens por principais parceiros comerciais em 2016.....                          | 19 |
| Gráfico 3 – Entrada de portugueses na Alemanha entre 2000 e 2016.....                                     | 27 |
| Gráfico 3.1 – Nascidos em Portugal e residentes na Alemanha entre 2000 e 2016.....                        | 27 |
| Gráfico 3.2 – Exportações de bens para a Alemanha entre 2000 e 2016 (em milhões €).....                   | 28 |
| Gráfico 4 – Entrada de portugueses em Angola entre 2013 e 2016.....                                       | 31 |
| Gráfico 4.1 – Exportações de bens para Angola entre 2000 e 2016 (em milhões €).....                       | 31 |
| Gráfico 5 – Entrada de portugueses no Canadá entre 2000 e 2016.....                                       | 32 |
| Gráfico 5.1 – Nascidos em Portugal e residentes no Canadá entre 2000 e 2016..                             | 33 |
| Gráfico 5.2 – Exportações de bens para o Canadá entre 2003 e 2017 (em milhões €).....                     | 34 |
| Gráfico 6 – Entrada de portugueses em Espanha entre 2000 e 2016.....                                      | 36 |
| Gráfico 6.1 – Nascidos em Portugal e residentes em Espanha entre 2000 e 2016.....                         | 37 |
| Gráfico 6.2 – Exportações de bens para Espanha entre 2000 e 2016 (em milhões €).....                      | 38 |
| Gráfico 7 – Entrada de portugueses nos Estados Unidos da América entre 2000 e 2015.....                   | 39 |
| Gráfico 7.1 – Nascidos em Portugal e residentes nos Estados Unidos da América entre 2000 e 2016.....      | 39 |
| Gráfico 7.2 – Exportações de bens para os Estados Unidos da América entre 2000 e 2016 (em milhões €)..... | 40 |
| Gráfico 8 – Nascidos em Portugal e residentes na França entre 2005 e 2013.....                            | 44 |
| Gráfico 8.1 – Exportações de bens para a França entre 2000 e 2016 (em milhões €).....                     | 44 |
| Gráfico 9 – Entrada de portugueses no Reino Unido entre 2000 e 2016.....                                  | 46 |

|  |    |
|--|----|
| Gráfico 9.1 – Nascidos em Portugal e residentes no Reino Unido entre 2000 e 2017.....      | 47 |
| Gráfico 9.2 – Exportações de bens para o Reino Unido entre 2000 e 2016 (em milhões €)..... | 47 |

## Índice de Anexos

|   |    |
|---|----|
| Anexo 1 - Tabela 2 – Entradas de portugueses em 2016 por principais países de destino.....            | 59 |
| Anexo 2 - Tabela 3 – Exportações portuguesas de bens por principais parceiros comerciais em 2016..... | 59 |
| Anexo 3- Alemanha.....  | 60 |
| Tabela 4 – Entrada de portugueses na Alemanha entre 2000 e 2016.....                                  | 60 |
| Tabela 5 – Nascidos em Portugal e residentes na Alemanha entre 2000 e 2016..                          | 60 |
| Tabela 6 – Exportações portuguesas de bens para a Alemanha em milhões € entre 2000 e 2016.....        | 60 |
| Anexo 4- Angola.....  | 61 |
| Tabela 7 – Entrada de portugueses em Angola entre 2000 e 2016.....                                    | 61 |
| Tabela 8 – Exportações portuguesas de bens para Angola em milhões € entre 2000 e 2016.....            | 61 |
| Anexo5- Canadá.....   | 62 |
| Tabela 9 – Entrada de portugueses no Canadá entre 2000 e 2016.....                                    | 62 |
| Tabela 10 – Nascidos em Portugal e residentes no Canadá entre 2000 e 2016....                         | 62 |
| Tabela 11 – Exportações portuguesas de bens para o Canadá em milhões € entre 2000 e 2017.....         | 62 |
| Anexo 6- Espanha.....   | 63 |
| Tabela 12 – Entrada de portugueses em Espanha entre 2000 e 2016.....                                  | 63 |
| Tabela 13 – Nascidos em Portugal e residentes em Espanha entre 2000 e 2016.                           | 63 |
| Tabela14 – Exportações portuguesas de bens para Espanha em milhões € entre 2000 e 2016.....           | 63 |
| Anexo 7- Estados Unidos da América.....   | 64 |
| Tabela 15 – Entrada de portugueses nos EUA entre 2000 e 2016.....                                     | 64 |
| Tabela 16 – Nascidos em Portugal e residentes nos EUA entre 2000 e 2016.....                          | 64 |
| Tabela 17 – Exportações portuguesas de bens para os EUA em milhões € entre 2000 e 2016.....           | 64 |
| Anexo 8- França.....  | 65 |
| Tabela 18 – Nascidos em Portugal e residentes em França entre 2000 e 2016...                          | 65 |

|   |    |
|---|----|
| Tabela 19 – Exportações portuguesas de bens para a França em milhões € entre 2000 e 2016..... | 65 |
| Anexo 9- Reino Unido.....   | 66 |
| Tabela 20 – Entrada de portugueses no RU entre 2000 e 2016.....                               | 66 |
| Tabela 21 – Nascidos em Portugal e residentes no RU entre 2000 e 2016.....                    | 66 |
| Tabela 22 – Exportações portuguesas de bens para o RU em milhões € entre 2000 e 2016.....     | 66 |

# 1. Introdução

## Enquadramento do tema

Segundo o *International Migration Report 2017: Highlights*, elaborado pelas Nações Unidas, o número de migrantes internacionais<sup>1</sup> está continuamente a crescer, passando de 173 milhões em 2000, para 220 milhões em 2010, e 258 milhões em 2017. Cerca de 60% dos migrantes internacionais vivem na Ásia (80 milhões) ou na Europa (78 milhões). O Norte da América acolhe cerca de 58 milhões de migrantes, seguido de África (25 milhões), América Latina (10 milhões) e Oceânia (8 milhões).

Atualmente vivemos num mundo globalizado, onde a livre circulação de pessoas, bens e capitais potencia relações de interdependência económica de países e regiões, e onde a interação e comunicação é facilitada pelo desenvolvimento tecnológico e científico. (Faustino *et al.*, 2009). A modernização dos transportes facilitou, e tornou mais acessível financeiramente, a deslocação das pessoas pelos diferentes países em busca de emprego, oportunidades, educação ou melhor qualidade de vida. Ao mesmo tempo, conflitos, guerras, pobreza, desigualdade social e desemprego, levaram as pessoas a deixar os seus países de origem na esperança de encontrar melhores condições de vida para si e para as respetivas famílias (United Nations, 2017).

Os fluxos migratórios podem tornar-se benéficos economicamente tanto para o país de origem como para o país de destino. Nos países de destino, os emigrantes<sup>2</sup> contribuem com mão-de-obra – muitas vezes em setores pouco explorados pelos locais, como agricultura e serviços – promovem o empreendedorismo e respondem à procura por mão-de-obra altamente qualificada tecnologicamente. Nos países de origem, um dos principais benefícios são as remessas<sup>3</sup>. No entanto, outros fatores podem potencializar o crescimento económico do país de origem, como o aumento de conhecimento tecnológico, aumento de exportações e

---

<sup>1</sup> Migração Internacional é o movimento de “pessoas que deixam os seus países de origem ou de residência habitual para se fixarem, permanente ou temporariamente, noutro país. Consequentemente, implica a transposição de fronteiras internacionais” (OIM, 2009, p.42).

<sup>2</sup> Emigrante é quando uma determinada pessoa abandona ou sai de um Estado com a finalidade de se instalar noutro. Por outro lado, imigração é o “processo através do qual estrangeiros se deslocam para um país, a fim de aí se estabelecerem” (OIM, 2009, p. 24).

<sup>3</sup> Remessas são o “dinheiro ganho ou adquirido pelo estrangeiro e que é transferido para o seu país de origem” (OIM, 2009, p.64).

o estabelecimento de relações comerciais ou políticas com os países de destino (Ramos *et al.*, 2009).

### **Motivação e objetivo do trabalho**

Se nos focarmos no caso de Portugal, verificamos que desde o ano de 2000 se tem registado valores superiores a 100 mil saídas por ano, tendo apenas atingido valores semelhantes nas décadas de 1960 e 1970, com o decorrer da Guerra Colonial. Em termos acumulados, Portugal é o país da União Europeia com mais emigrantes em termos proporcionais ao número de habitantes e, em 2015, as Nações Unidas estimaram que 22% dos portugueses viviam fora do país (Pires *et al.*, 2016).

Com valores de emigração tão elevados, é interessante tentar perceber de que forma Portugal pode beneficiar com a sua diáspora. A emigração portuguesa está diretamente ligada à política externa do Estado, uma vez que, apesar de o país de origem beneficiar economicamente com as remessas dos seus emigrantes, também cresce e desenvolve-se através da cooperação e diplomacia económica<sup>4</sup> que estabelece com os Estados recetores da sua emigração (Sousa, 2017).

O objetivo da minha dissertação passa, assim, por perceber a possível relação entre a diáspora portuguesa e o desenvolvimento da cooperação económica e institucional entre o país de origem (Portugal) e os países recetores. É precisamente nos benefícios económicos dos países de origem, neste caso Portugal, que irei focar e desenvolver o meu estudo.

---

<sup>4</sup>Segundo a Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2006, publicada no Diário da República, 1.ª Série, de 9 de novembro de 2006, a diplomacia económica é entendida como “a atividade desenvolvida pelo Estado e seus institutos públicos fora do território nacional, no sentido de obter os contributos indispensáveis à aceleração do crescimento económico, à criação de um clima favorável à inovação e tecnologia, bem como à criação de novos mercados e à geração de emprego de qualidade em Portugal.”

## 2. Revisão de Literatura

### Teorias das migrações

Apesar dos estudos sobre os fluxos migratórios por todo o globo se terem intensificado nas últimas décadas e de haver diversos trabalhos/estudos académicos efetuados por investigadores dentro da área, ainda é clara uma ausência de homogeneização e consenso quanto aos resultados conseguidos (Gonçalves, 2015).

É do maior interesse para os diferentes países do globo, principalmente para os pertencentes à União Europeia, estudar o tema das migrações internacionais numa perspetiva comparativa. Existe a necessidade de se entender as relações internacionais numa perspetiva de interação económica, cultural e social entre povos que pertencem a nações e culturas diferentes. No entanto, é difícil identificar uma teoria como a “teoria geral das migrações”, uma vez que as migrações internacionais são um fenómeno complexo de estudar, sendo afetadas pela influência da política, da economia, da cultura, da geografia, da antropologia e do direito, que definem as relações entre os países (Ramos, 1995).

Citando Jansen (1969), ao referir-se a um “silêncio” ou inexistência já esperada de uma “teoria geral das migrações”, “a migração é um problema demográfico: influencia a dimensão das populações na origem e no destino; é um problema económico: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios económicos entre diferentes áreas; pode ser um problema político: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso com que se integra na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afetados pela migração e, em contrapartida, afetam o migrante” (Jansen, 1969: 60) (*cf.* Peixoto, 2004).

A inexistência de uma teoria das migrações e a pouca integração da mesma nas teorias económicas existentes, levou a que, por um lado, não houvesse uma “especificação suscetível de enriquecer os modelos” (Termote, 1967) (*cf.* Ramos, 1995) e, por outro lado, as migrações

internacionais fossem desvalorizadas como investimento para a investigação (Moulier-Boutang, 1989) (*cf.* Ramos, 1995).

O tema das migrações foi ignorado por diversos teóricos clássicos das ciências sociais. Apesar de ter existido um grande fluxo migratório no final do século XIX e início do século XX na Europa, o tema foi abordado de forma marginal e com pouca importância pela maioria dos autores (Peixoto, 2004). Grande parte dos autores considerados clássicos, como Smith, Ricardo e Mill, consideravam as migrações como um processo de equilíbrio económico, uma vez que a diminuição da oferta de trabalho no país de emigração leva a um aumento de remuneração desse fator, e a uma vantagem para o país de imigração (Ramos, 1995).

### **Teorias Neoclássicas – macro e micro**

Segundo Massey, as teorias neoclássicas das migrações internacionais podem ser classificadas como macro ou micro. As teorias neoclássicas macro foram desenvolvidas para explicar os fluxos migratórios relacionados com a procura e oferta de trabalho e as diferenças salariais. Estão relacionadas com fatores coletivos e estruturais. As migrações são estudadas no contexto do sistema global, onde existem relações de interdependência, e onde as diferenças salariais e os níveis de empregabilidade entre países e regiões estão na origem das migrações. Esta perspectiva pressupõe que, se deixarem de haver diferenças salariais, os movimentos migratórios deixarão de existir e que o fator trabalho é o principal e único motor da migração. Assim, a forma que os governos têm para controlar os fluxos migratórios é regular a procura e oferta de emprego nos seus países (Massey *et al.*, 1995).

No que diz respeito às teorias neoclássicas micro, abordadas por autores como Sjaastad (1962) e Todaro (1969) (*cf.* Massey *et al.*, 1995), estas são consideradas mais individualistas. Focam-se no indivíduo como ser racional, capaz de tomar as suas decisões com base numa análise de custo/benefício. Assim, a escolha de um determinado país de destino seria baseada no pressuposto de que o indivíduo, e respetiva família, teriam uma melhor qualidade de vida e seriam mais bem recompensados financeiramente pelo seu trabalho (Massey *et al.*, 1995).

O modelo neoclássico pode ser susceptível de várias críticas e não é considerado suficiente para explicar os fluxos migratórios existentes: ignora possíveis constrangimentos políticos à migração, como o controlo de fronteiras, partindo do princípio de que existe livre circulação de pessoas por todo o mundo; pressupõe ainda que são os indivíduos mais pobres que

emigram e que a emigração acontece dos países menos desenvolvidos para os mais desenvolvidos; considera o ser humano um ser racional, que calcula os custos/benefícios da emigração, mas não considera que os fatores emocionais possam ser capazes de influenciar a sua decisão; por último, o modelo assenta no mercado de trabalho, desprezando a influência exercida por outros mercados (Marques, 2008:64) (*cf.* Nolasco, 2016). O modelo neoclássico é ainda acusado de ser “estranho à evolução histórica das sociedades e à situação concreta dos migrantes, não é operacional na explicação pertinente deste fenómeno” (Ramos, 1995:778).

### **Teoria *Push-Pull***

Um dos primeiros autores a dar um contributo teórico foi Ravenstein quando publicou, em 1885 e 1889, dois textos sobre as “leis das migrações” e nos apresentou o modelo neoclássico hoje conhecido como *push-pull* (Peixoto, 2004). Para Ravenstein, as migrações devem-se essencialmente a fatores económicos. As disparidades entre zonas, e fatores como a pobreza, a escassez de oportunidades, o desemprego *versus* industrialização, a urbanização e as oportunidades, são as principais razões e motivações para emigrar. Ao implicar que os indivíduos emigram em busca de melhores condições de vida, Ravenstein introduz o conceito de *push-pull*, ou seja, “atração *vs.* repulsão”, colocando em confronto dois lugares opostos com níveis de desenvolvimento diferentes (Nolasco, 2016).

A noção de *push* refere-se ao local de origem, ou seja, uma vez que as condições de vida são inferiores e de baixa qualidade, “empurram” o indivíduo para fora do seu país. Já a noção de *pull* aplica-se ao local de destino, que funciona como um íman, atraindo o indivíduo para um país que oferece melhores oportunidades e condições (Ravenstein, 1885) (*cf.* Nolasco, 2016).

O modelo de *push-pull* de Ravenstein serviu de base para as teorias das migrações e foi sofrendo diversos desenvolvimentos ao longo do tempo. Everett Lee, em 1966, acrescentou que, para além dos fatores de atração e repulsão, existem ainda outros fatores que podem influenciar a migração, tais como: as leis nacionais; fronteiras políticas; distância; barreiras físicas; custos inerentes à deslocação; etc. Para além destes fatores, mencionou ainda outros relacionados com o indivíduo em particular, como por exemplo a idade, o sexo, a educação, a classe social, a inteligência e a sensibilidade (Lee, 1966:48) (*cf.* Nolasco, 2016).

## **Teoria do Capital Humano**

A teoria do capital humano, abordada por autores como Sjaastad (1962) e Becker (1962 e 1983), enquadrada numa perspetiva micro, salienta a análise económica de custo/benefício a longo prazo. A decisão de emigrar envolve um investimento por parte do indivíduo ou da sua família e os resultados podem ser atingidos a longo prazo. O emigrante aposta nas capacidades que possui para gerar maiores rendimentos no futuro, mesmo que tenha de incorrer de custos no curto prazo. Um exemplo são as melhores oportunidades educacionais e profissionais para os filhos, que podem estar na origem da decisão de emigrar (Peixoto, 2004). Para Sjaastad (1962), os custos do investimento comportam vários fatores, tais como: procura de informação sobre o país de destino; custos de deslocação e adaptação; custos de afastamento do país de origem (Gonçalves, 2015).

## **Teoria da Nova Economia das Migrações**

O modelo da nova economia das migrações resulta de uma crítica à visão individualista do modelo neoclássico. Nesta teoria, o agente que procura maximizar a migração não é o indivíduo, mas sim a família ou agregado familiar, indivíduos ligados entre si. O agregado familiar consegue diversificar os seus recursos, maximizar os ganhos e reduzir os riscos inerentes ao mercado de trabalho, uma vez que, se o emprego falhar no país de origem, ao ter familiares emigrados, estes podem colmatar os riscos através do envio de remessas. (Massey *et al.*, 1995). As remessas constituem estratégias para ultrapassar as fragilidades dos mercados e permitem aos agentes investir em atividades mais produtivas (Taylor, 1985; Stark, 1980; Haas, 2010) (*cf.* Gonçalves, 2015).

Na perspetiva de Arango (2003), quanto maior a desigualdade na distribuição de rendimentos, maiores os incentivos à migração. Já para Massey (1995), a diferença nos rendimentos não é considerada o único fator de migração internacional. As políticas governamentais gerem mudanças económicas e afetam a decisão de emigrar, independentemente dos seus efeitos sobre os rendimentos.

Ao contrário das teorias acima apresentadas, a teoria da nova economia das migrações aborda o tema das remessas, dando-lhe especial relevo e importância, mas também se debate com outras limitações, como por exemplo a insuficiência de estatísticas (Ramos, 1995).

## **Teoria do Mercado de Trabalho Segmentado ou Dual**

A teoria do mercado de trabalho segmentado ou mercado de trabalho dual surgiu no final da década de 1960 e teve como principais autores Peter Doeringer e Michael Piore. Esta teoria permite analisar a heterogeneidade do mercado de trabalho (Ramos, 1995), partindo do pressuposto de que este está segmentado nos países mais desenvolvidos, ou seja, existe um mercado primário - intensivo em capital e de elevada produtividade, que requer a utilização de trabalhadores altamente qualificados, a quem são pagos salários elevados e existe a possibilidade de ascensão profissional; e existe um mercado secundário - intensivo em trabalho e de baixa produtividade, onde a mão-de-obra é menos qualificada, os salários são baixos, existe uma grande rotatividade nos trabalhadores e a possibilidade de ascensão no trabalho é reduzida (Piore, 1979) (*cf.* Goncalves, 2015). O facto de existirem mercados secundários em países desenvolvidos atrai os imigrantes dos países menos desenvolvidos, uma vez que os nativos e cidadãos nacionais afastam-se deste tipo de trabalhos deixando-os “livres” para migrantes provenientes de países mais pobres, que vêm nestes trabalhos uma oportunidade de ingressar numa economia mais desenvolvida e rica, mesmo que as condições de trabalho sejam precárias e os salários reduzidos (Piore, 1979) (*cf.* Peixoto, 2004).

Esta teoria é considerada uma crítica à teoria *push-pull*, uma vez que defende que são as características do país de destino que motivam a emigração, não estando esta mudança relacionada com as necessidades sentidas pelos indivíduos no seu país de origem.

## **Teoria do Sistema-Mundo**

A teoria do Sistema-mundo surgiu do contributo de Immanuel Wallerstein e enquadra-se numa perspetiva macroestrutural. Desvaloriza a importância do Estado-nação, dirigindo o seu foco para o mundo como um único sistema capitalista, onde estão integrados todos os espaços nas suas vertentes económicas, políticas e culturais (Sklair, 1995).

Apesar de integrados num sistema capitalista comum, os países encontram-se divididos em três segmentos - centro, semiperiferia e periferia. O centro é composto pelos países mais ricos e desenvolvidos, com enorme poder político e militar; a periferia é caracterizada pelos países mais pobres, sem capacidade económica ou militar, pouco desenvolvidos, onde a principal atividade é a agricultura e produção de matérias-primas; os países da semiperiferia são aqueles que não se enquadram na definição de países ricos e poderosos, mas também não

são pobres o suficiente para serem considerados da periferia. A semiperiferia funciona como um intermédio, possuindo características de ambos os segmentos (Wallerstein, 1974) (*cf.* Sklair, 1995).

Segundo Petras (1981), o sistema-mundo criou um “mercado de trabalho global”, onde o movimento internacional de capital e mercadorias pode estar relacionado com fluxos de trabalho. O sistema capitalista penetra nos países da periferia e altera o equilíbrio das relações de produção, levando a excedentes de mão-de-obra criados nas periferias, acompanhados por baixos salários, e uma necessidade de recursos humanos, acompanhada de altos salários, nos países mais desenvolvidos (Nolasco, 2016).

Esta teoria não valoriza a motivação individual como fator importante na decisão de emigrar.

### **Teoria dos Sistemas Migratórios**

A teoria dos sistemas migratórios considera que os fluxos migratórios são resultantes de um contexto histórico particular. Segundo esta abordagem, os fluxos migratórios são tão maiores quanto maiores os vínculos e ligações entre os países envolvidos. Existe um conjunto de países com ligações e partilha de cultura, história e até língua, e estabelecem entre si um conjunto de trocas variadas, sendo ambos países de origem e acolhimento uns dos outros (Peixoto, 2004). O que os aproxima pode ser um passado colonial comum, fatores políticos, económicos, militares, comerciais, tecnológicos, entre outros (Nolasco, 2016).

Como exemplo, temos o sistema migratório lusófono, que envolveu inicialmente dois países, Portugal e Brasil, e que ultimamente tem envolvido também outros países de língua oficial portuguesa como, por exemplo, Angola e Cabo Verde. Cada país que pertence a este sistema está integrado noutros, como acontece a Portugal, que está integrado no sistema da CPLP<sup>5</sup>, mas também no sistema europeu (Baganha, 2009).

Esta teoria faz a ponte entre as abordagens micro e macro, uma vez que analisa o papel das relações sociais, do capital cultural das famílias e respetivas comunidades, quer o papel das relações internacionais, economia, política e direito (Castles e Miller, 2003) (*cf.* Gonçalves, 2015).

---

<sup>5</sup> CPLP: Comunidade de Países de Língua Portuguesa

## **Teoria do Transnacionalismo Migratório**

O conceito de transnacionalismo migratório foi introduzido pela primeira vez em 1916, por Randolph S. Bourne, quando verificou que imigrantes norte-americanos estabeleciam relações com os seus países de origem, através do envio de remessas (Ramos, 2014). Apesar do termo ter origem em 1916, é só a partir da década de 1980, com a globalização, o desenvolvimento dos transportes, dos meios de comunicação e da crescente “proximidade” entre as comunidades devido ao aparecimento da internet que este fenómeno se veio a intensificar (Ramos, 2014). Ao contrário das teorias analisadas anteriormente, segundo a visão transnacionalista, os imigrantes mantêm uma relação com o país de origem. Para autores como Schiller (1992), os migrantes mantêm simultaneamente relações com o seu país de origem e de acolhimento, assimilando os costumes e a cultura do país onde se encontram. Dessa forma, são criadas “inter-relações entre o global e o local”, uma vez que são mantidas “múltiplas relações – familiares, económicas, sociais, organizacionais, religiosas e políticas – que dilatam as fronteiras existentes” (Gonçalves, 2015). Assiste-se a um fenómeno de glocalização<sup>6</sup>, onde o local e o global se misturam. É necessário pensar no migrante com diversas relações, tanto sociais, familiares e económicas, e pensar que ele leva sempre consigo características do “local”, independentemente para onde vá. Esta “dupla pertença” mantém o migrante constantemente ligado à sua terra natal ao mesmo tempo que se tenta adaptar e vai absorvendo a cultura e os costumes do país onde está inserido. O transnacionalismo leva, assim, ao aparecimento de múltiplas nacionalidades e multiculturas (Ramos, 2012).

## **Teoria das Redes Sociais Migratórias**

A análise das migrações não se restringe a fatores económicos. Alguns autores, como Portes (1999), consideram a criação de redes sociais como um fator importante para o desenvolvimento económico do país de origem e de destino e encontram no campo dos estudos transnacionais uma aplicação relevante. Segundo Massey *et al.* (1987), Fusco (2002:22), as redes sociais são laços que ligam os migrantes e não migrantes através de relacionamentos interpessoais, profissionais e papéis sociais. Através dessas redes, os emigrantes podem contribuir

---

<sup>6</sup> O conceito de glocalização integra a ideia de “micromarketing global” que envolve a construção económica de uma diferenciação do consumo e a invenção de “consumos tradicionais” com o intuito de dinamizar o potencial do mercado global. Por outras palavras, é ir buscar produtos locais, tradicionais, e levá-los para o mercado mundial, havendo assim uma construção cada vez mais diferenciada. É uma hipótese de criar mercado baseado nas vontades das pessoas.

para o aumento da procura de produtos do seu país de origem – isto partindo do pressuposto de que quanto maior o número de emigrantes, maiores serão as importações – promover a criação de mercados de trabalho a longa distância, a transferência de remessas e potenciar a redução dos custos de transação, das trocas comerciais entre o seu país de origem e os países de acolhimento (Gheasi e Nijkamp, 2017). Os custos relacionados com trocas comerciais e investimento direto estrangeiro (IDE) não podem ser explicadas apenas com base em fatores como a geografia, a distância e o desenvolvimento socioeconómico, têm de ser também considerados fatores relacionados com a falta de informação. Os emigrantes têm aí um papel relevante, uma vez que possuem informação crucial acerca do seu país de origem, como a língua, nível de confiança, estrutura institucional do país, acordos estabelecidos, costumes, hábitos da população, dificuldades em barreiras alfandegárias, etc. Todo este conhecimento pode reduzir os custos de informação e encorajar o comércio internacional e o investimento direto estrangeiro (Gheasi e Nijkamp, 2017). Assistimos hoje à “mundialização” da migração, ao desenvolvimento de migrações circulares<sup>7</sup> e à intensificação das relações económicas, sociais e culturais entre os países de partida e os de chegada (Ramos, 2012).

### **Migração, desenvolvimento e impacto no país de origem**

Segundo a literatura, o desenvolvimento económico tem impacto diferente nas migrações, dependendo do espectro temporal que estamos a analisar. No curto prazo, o desenvolvimento económico pode aumentar os incentivos à migração, mas no longo prazo pode acontecer o oposto, sobretudo se, em simultâneo, se verificarem “progressos na liberalização da política comercial e das práticas de investimento nos países envolvidos” (Figueiredo, 2005:47).

Também a migração pode beneficiar as economias. O papel das remessas e a estabilidade económica e política de um país podem contribuir para o processo de desenvolvimento.

Antes de avançarmos com a relação entre migração e desenvolvimento económico, é importante distinguir desenvolvimento de crescimento económico. Dessa forma, crescimento económico é entendido como “o processo de acumulação de riqueza da economia, para outros domínios com variáveis de índole social, política, educacional, demográfica e outras, numa

---

<sup>7</sup> Migração circular é “o movimento, temporário e mais permanente, entre países que quando voluntário e ligado às necessidades laborais de países de origem e de destino, pode beneficiar todos os envolvidos.” (OIM, 2009, p. 40).

dinâmica multi-disciplinar que integra hoje indicadores do grau de desenvolvimento dos países” (Figueiredo, 2005:49). Já o desenvolvimento, passa pela transformação estrutural da economia, como a acumulação de capital humano e físico, alterações na procura, produção e comércio, essenciais para o crescimento económico (Glytsos, 2002) (*cf.* Figueiredo, 2005). O desenvolvimento é relativo e depende do contexto político, social, económico e da conjuntura externa. A nível internacional, o que para uma sociedade pode ser um avanço em termos de desenvolvimento, para outra pode não o ser. Assim, podemos afirmar que o conceito de desenvolvimento é relativo no tempo, no espaço e no contexto em que o país se insere (Figueiredo, 2005).

Conforme temos vindo a falar ao longo deste trabalho, são vários os efeitos causados pela migração internacional e, particularmente, no país de origem. Do ponto de vista económico, as remessas têm um impacto bastante significativo. Segundo o *Migration and Remittances Factbook 2016*, no ano de 2015, o fluxo de remessas mundial superou os 601 biliões de dólares. Desse valor, cerca de 401 biliões de dólares tiveram como destino países em desenvolvimento. Ainda no ano de 2015, os principais recetores mundiais em valor efetivo de remessas foram a Índia, a China, as Filipinas, o México e a França. No entanto, se tivermos em conta as remessas como percentagem do PIB, os principais recetores foram a República do Tadjiquistão (42%), o Quirguistão (30%), o Nepal (29%), o Reino de Tonga (28%) e a Moldávia (26%), mostrando assim a sua relevância em países mais pequenos e mais pobres (World Bank, 2016).

Do ponto de vista demográfico, as emigrações podem proporcionar um alívio na sobrepopulação, uma vez que muitas vezes estão associadas a um aceleração no crescimento populacional (Shrestha, 1987). Por outro lado, podem também levar ao processo de *brain drain*, ou seja, à emigração de indivíduos altamente qualificados, privando o país de origem de recursos humanos qualificados (Borjas, 2000). Autores como Castles e Miller (2003) e Massey *et al.* (1993), através da teoria do capital humano abordada anteriormente, explicam o crescimento contínuo dos países desenvolvidos, através da aquisição de indivíduos altamente qualificados, e a estagnação ou regressão dos países de emigração, uma vez que vão ficando com menores recursos humanos qualificados, impedindo o seu desenvolvimento.

No entanto, se olharmos para este fenómeno através de um prisma diferente, e considerando a possibilidade de regresso dos emigrantes ao seu país de origem, o processo de *brain drain* pode transformar-se em *brain gain*. Os indivíduos, ao retornarem ao seu país de origem,

trazem consigo o benefício de capital humano adquirido no exterior, para além de que, enquanto permanecem no país de acolhimento, transferem para o país natal conhecimentos, remessas, fundos de investimento e tecnologia, podendo assim contribuir para o desenvolvimento progresso do país de origem (Faini, 2002) (*cf.* Figueiredo, 2005).

Numa visão política e social, cada vez mais os países de origem procuram estabelecer relações com as comunidades nos países de acolhimento, pois têm interesse em promover e desenvolver o relacionamento transnacional. Os emigrantes podem desempenhar o papel de “embaixadores” nos países onde estão inseridos, uma vez que divulgam uma imagem positiva do seu país, promovem os seus produtos e cultura, e efetuam movimentos de pressão junto de instituições relevantes.

### **Migração e Comércio Internacional**

Vários autores têm, ao longo dos anos, estudado a relação entre a migração internacional e o comércio internacional. Autores como Gould (1994), Wagner *et al.* (2002), Girma e Yu (2002), Lewer (2004), Mundra (2005) e Faustino *et al.* (2009), realizaram vários trabalhos sobre esta problemática e todos eles, de forma geral, verificaram que existe um efeito positivo entre a migração e o comércio, beneficiando tanto o país de origem como de destino, e tendo impacto tanto nas importações como nas exportações (Gonçalves e Africano, 2009).

Gould, em 1994, desenvolveu um estudo, utilizando dados dos EUA e 47 dos seus parceiros comerciais, para verificar se a ligação entre os imigrantes e o seu país de origem beneficiavam, de alguma forma, o comércio bilateral entre os mesmos. Concluiu que os efeitos da imigração são mais acentuados no comércio intra-sectorial, ou seja, de produtos diferenciados. Isto deve-se ao facto de os imigrantes terem *spillovers* do conhecimento que podem reduzir os custos de informação. Esses *spillovers* podem aumentar valor na produção e criar oportunidades de comércio e trocas. Os resultados empíricos obtidos revelam que a informação que os imigrantes detêm pode ter um papel relevante em determinar as relações comerciais bilaterais dos EUA. O impacto da imigração parece ter mais efeitos nas exportações do que nas importações de produtos. No entanto, Gould (1994) realçou que, se se tratar de uma comunidade grande de imigrantes, a importação pode ser elevada devido à preferência por produtos do país de origem.

Para este autor, os fluxos comerciais podem ser influenciados por duas vias: os imigrantes trazem consigo a preferência pelos produtos do seu país de origem, levando ao aumento das importações no país de acolhimento, principalmente se não houver o mesmo produto disponível ou um substituto; e os imigrantes trazem consigo conhecimento, contactos de mercados estrangeiros, informações, que levam à diminuição dos custos de transação e aumento dos fluxos de exportações e importações entre o país de origem e o país de acolhimento. Acrescenta ainda que, as informações trazidas, podem ser mais relevantes para bens finais do que para bens intermédios, uma vez que se os produtos forem homogéneos, não existe grande necessidade de preferir os produtos do país natal, uma vez que os podem adquirir no país onde residem. Dessa forma, existe um estímulo intra-indústria (Gonçalves e Africano, 2009).

Wagner, Head e Ries apresentaram, em 2002, um artigo onde foi estudado a ligação entre a imigração e o comércio em várias regiões do Canadá e cerca de 160 parceiros comerciais. Puderam concluir que, apesar de os efeitos entre imigração e comércio internacional serem positivos, os mesmos variam consoante as amostras obtidas e os métodos que se utilizam para estudar estas duas variáveis. A magnitude dos efeitos da imigração depende da amostra estudada, do grupo de imigrantes e dos produtos. Tal como outros autores, verificaram que os imigrantes podem ter um impacto considerável na preferência por produtos dos seus países de origem e um importante papel na redução dos custos de transação devido à informação sobre o mercado do seu país de origem que possuem (Wagner *et al.*, 2002).

Autores como Girma e Yu investigaram a ligação entre imigração e comércio, utilizando dados do Reino Unido e respetivos parceiros comerciais. Verificaram que os imigrantes oriundos de países não pertencentes à Commonwealth<sup>8</sup> têm um grande impacto nos fluxos das exportações, mas, no entanto, não se verifica o mesmo para imigrantes vindos de um país que pertence à associação. Um motivo encontrado para justificar esta conclusão é o facto de as trocas comerciais serem facilitadas pela informação trazida por imigrantes, e que essa informação é mais relevante quanto mais diferente for a cultura, o mercado e instituições, o

---

<sup>8</sup> Commonwealth é uma associação intergovernamental composta por 53 Estados, todos eles considerados iguais em *status*, que trabalham e cooperam para atingirem objetivos comuns. Possuem uma herança de língua, cultura, direito, educação e tradição democrática, entre outros valores. Todas as nações pertencentes, com a exceção de Moçambique e Ruanda, pertenciam ao Império Britânico (Tradução livre da definição apresentada no site <http://www.commonwealthofnations.org/commonwealth/>).

que acontece com os imigrantes oriundos de países não pertencentes à Commonwealth (Girma e Yu, 2002).

Mundra, em 2005, estudou também as relações comerciais e os efeitos da imigração nos EUA e 47 dos seus parceiros comerciais. Concluiu que imigrantes de diferentes países têm diferentes magnitudes nos efeitos do comércio internacional. Existe um efeito positivo em todo o tipo de importações e nas exportações de bens finais. Este estudo mostra ainda que, durante o período de 1973-1980, os imigrantes, ao trazerem informações e redes de contactos dos seus países de origem, suportam o comércio bilateral norte-americano em bens finais (Mundra, 2005).

Lewer estudou a relação entre os fluxos migratórios e de comércio bilateral na OCDE e concluiu que, um aumento de 10% na imigração de um determinado país, implica um aumento no comércio bilateral do país de origem para o de destino de cerca de 0,04% (Gonçalves e Africano, 2009).

Faustino, Peixoto e Batista elaboraram um trabalho sobre as características da imigração portuguesa entre o período de 1995-2006 e os seus efeitos no comércio bilateral português. Concluíram que o *stock* de imigrantes tem um efeito positivo, tanto nas importações, como nas exportações, verificando-se um efeito superior nesta última. Verificaram ainda que o comércio de Portugal estava centrado em poucos países, nomeadamente em Espanha, França e Alemanha, que representavam cerca de 50% do comércio (Faustino *et al.*, 2009).

Na literatura, só há relativamente poucos anos se tem vindo a dar atenção aos efeitos da migração do fator trabalho nos fluxos comerciais, e existe a discussão se os mesmos são substitutos ou complementares. O modelo e o teorema de Heckscher-Ohlin consideram que o trabalho é móvel dentro de cada país, mas imóvel internacionalmente. Os países, ao abrirem-se ao comércio, tenderiam a igualar o preço absoluto e relativo dos fatores. Assim, o comércio funcionaria como substituto perfeito da mobilidade internacional dos fatores (Faustino *et al.*, 2009).

O modelo HO prevê que o comércio é todo inter-indústria, ou seja, as exportações e importações pertencem, estatisticamente, a indústrias diferentes e, ao introduzirmos fluxos migratórios no modelo, o país de origem e o país de acolhimento tornam-se semelhantes nas dotações de fatores, deixando de haver espaço para vantagens comparativas. Dessa forma, a

migração e o comércio têm uma relação negativa, uma vez que o aumento de imigrantes leva à redução do comércio entre país de origem e país de destino (Gonçalves e Africano, 2009).

Se analisarmos o comércio intra-sectorial, ou seja, as exportações e importações pertencem, estatisticamente, à mesma indústria, a situação altera-se e aceita-se que pode haver uma relação de complementariedade. A imperfeição dos mercados, a assimetria da informação e o seu efeito nas preferências dos consumidores, justifica o aumento da imigração e do comércio de produtos diferenciados. Se os custos de transação forem aproximados aos custos de informação, então a relação entre imigração e comércio internacional é positiva devido à redução nos custos de transação (Faustino *et al.*, 2009).

### **3. Emigração em Portugal e a entrada na União Europeia**

Portugal é dos países mais velhos da Europa, com cerca de 900 anos de história, e a emigração já faz parte da sua identidade, uma vez que existem portugueses um pouco por todo o mundo.

Tal como outros países europeus, Portugal participou em duas grandes ondas migratórias do século XIX (transatlântica) e do século XX (intraeuropeia). Durante o fluxo transatlântico, mais de 2 milhões de pessoas deixaram Portugal com destino, maioritariamente, ao Brasil. No segundo fluxo migratório, que durou entre 1950 e 1974, os países de destino eram primordialmente europeus, nomeadamente a Alemanha e a França (Marques e Góis, 2017).

A partir de 1974, com o fim da guerra colonial, a queda do regime ditatorial do Estado Novo, e com a implementação de políticas restritivas em alguns países de destino de emigração portuguesa, a taxa de emigração sofreu uma redução substancial, e a escolha por uma emigração temporária começou a prevalecer sobre a emigração permanente. (Ramos, 2000).

Logo após a Segunda Guerra Mundial, em 1951, os países da Europa sentiram a necessidade de criar uma organização supranacional que promovesse o desenvolvimento industrial, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) (Gonçalves e Africano, 2009). Em 1957, o Tratado de Roma veio possibilitar a livre circulação de bens e pessoas dentro da CECA e “abrir portas” para a União Europeia como a conhecemos hoje. Mais tarde, em 1985, cinco Estados-membros assinaram o Acordo Schengen, decidindo, assim, abolir as fronteiras

internas. Hoje, o Espaço Schengen conta com a adesão de 26 países (Comissão Europeia, 2014).

Em 1986 Portugal, em conjunto com Espanha, adere à Comunidade Económica Europeia, alterando a prioridade da sua política externa, que deixou de estar direcionada particularmente para as comunidades portuguesas, com quem Portugal mantinha fortes laços culturais e identitários, e passou a estar mais focada na *Europeização*, ou seja, num Portugal pertencente a um espaço comunitário, e não como num país isolado do resto da Europa, como era visto até então (Santos, 2004). Mesmo em relação aos direitos sociais, os emigrantes passaram a adquirir o estatuto do país de residência, não sendo possível a sua expulsão, salvo por motivos de segurança, ordem e saúde públicas. O estatuto de emigrante até então atribuído, era alterado para o de *cidadão europeu*, tendo os mesmos direitos e igualdade de tratamento face aos outros países pertencentes à CEE (Santos, 2004). Em termos económicos, a partir de 1986 verificou-se um aumento considerável nas trocas comerciais com países da CEE e um grande investimento direto estrangeiro, através de fundos comunitários, principalmente entre 1986 e 1991 (Ramos, 2000). Durante esse período, o Produto Interno Bruto (PIB) português teve um crescimento superior ao dos seus parceiros europeus e a taxa de desemprego caiu de 8,2 para 4,1%. Estes fatores levaram a que os incentivos à emigração diminuíssem, uma vez que as taxas de empregabilidade começavam a aumentar e as diferenças salariais a diminuir, como consequência da entrada de investimento no país. Os portugueses deixavam de sentir, de forma tão acentuada, a necessidade de procurar melhores condições no exterior, uma vez que as condições no seu país de origem estavam a melhorar consideravelmente (Ramos, 2000).

O progresso da economia portuguesa depois de 1986 foi notório, com o aumento da participação do país no comércio internacional, aumento de reformas públicas, construção de novas infraestruturas, criação de postos de trabalho mais qualificados, melhor eficiência económica e reformas que vieram a estimular o investimento e a expansão de redes financeiras (Ramos, 2000). No entanto, apesar dos resultados apresentados acima, Portugal continua a apresentar dados de crescimento económico e desenvolvimento inferiores aos dos seus parceiros da União Europeia.

## Evolução da emigração em Portugal

Fazer um estudo assertivo sobre a emigração portuguesa pode tornar-se complicado uma vez que os dados existentes variam consoante a fonte estatística utilizada. Se compararmos dados nacionais do INE<sup>9</sup> com dados de organizações internacionais como a OCDE<sup>10</sup> ou Eurostat<sup>11</sup>, verificamos que, muitas vezes, os dados referentes às saídas registadas em Portugal são diferentes dos dados referentes à entrada de portugueses nos países de acolhimento (Justino, 2016). Também é importante ressaltar que a entrada de portugueses num determinado país não significa, diretamente, que esses portugueses saíram de Portugal.

Para os efeitos deste trabalho, serão utilizados dados recolhidos pelo INE ou PORDATA, ambos bases estatísticas portuguesas, sendo que, para a recolha de dados referentes aos valores das exportações de bens de Portugal para o Canadá foi utilizada a base de dados estatística da Comissão Europeia, a *Trade Market Access Database*.

O perfil migratório em Portugal tem vindo a alterar-se desde a década de 1960. Tendo sido constantemente um país marcado pela emigração, começou também a ser um país procurado por imigrantes desde os anos 90. Com a entrada de Portugal na União Europeia, as condições económicas e sociais começaram a melhorar e isso levou a que aumentasse a atratividade para trabalhadores de outros países, principalmente no setor da construção e de infraestruturas, uma vez que Portugal possuía um vasto programa de obras públicas. Para além destes fatores, também a instabilidade social e política em países com que Portugal mantinha ligações culturais, históricas e linguísticas, como os países da CPLP ou PALOP, justificou a escolha de Portugal como país de acolhimento para os trabalhadores oriundos desses países de origem (PEM, 2015).

Paralelamente ao aumento de imigrantes, desde meados da década de 1980 que a emigração portuguesa tem vindo a aumentar significativamente. Marques e Góis (2017) selecionaram 7 países europeus para analisar este crescente fenómeno e os dados que obtiveram são os apresentados na seguinte tabela:

---

<sup>9</sup> INE: Instituto Nacional de Estatística

<sup>10</sup> OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

<sup>11</sup> Eurostat: Gabinete de Estatísticas da União Europeia

Tabela 1: Portugueses a viver em alguns países europeus entre 1985-2013

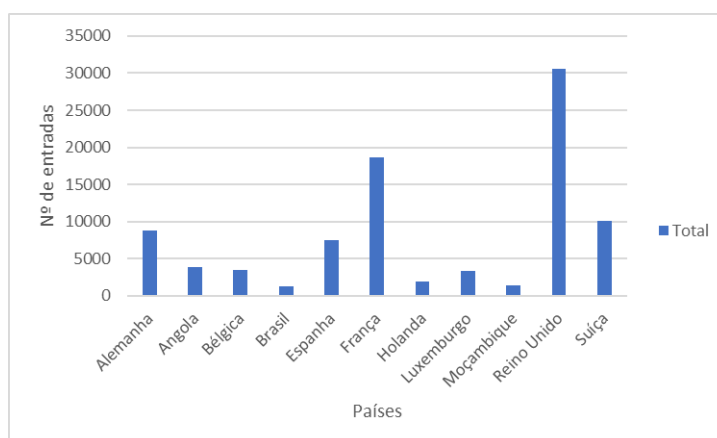
|                         | 1985   | 1990/1  | 2000/1  | 2005    | 2010    | 2013    |
|-------------------------|--------|---------|---------|---------|---------|---------|
| <b>Bélgica</b>          | 9 500  | 16 538  | 25 600  | 27 373  | 33 084  | 38 813  |
| <b>França</b>           | --     | 599 000 | 571 000 | 492 000 | 495 454 | 509 254 |
| <b>Alemanha</b>         | 77 000 | 92 991  | 133 700 | 115 606 | 113 208 | 127 368 |
| <b>Luxem-<br/>burgo</b> | --     | 39 100  | 58 450  | 67 800  | 79 800  | 88 200  |
| <b>Espanha</b>          | 23 300 | 33 268  | 42 000  | 66 236  | 142 520 | 129 079 |
| <b>Suíça</b>            | 30 851 | 85 649  | 134 675 | 180 765 | 238 432 | 253 769 |
| <b>Reino<br/>Unido</b>  | --     | --      | 58 000  | 73 000  | 102 000 | 143 000 |

Fonte: Marques e Góis (2017)

É interessante verificar que entre 1985 e 2000, o número de emigrantes portugueses mais do que duplicou nos países acima selecionados. O aumento da emigração a partir de 2000 e, principalmente, a partir de 2005, também é notório.

Como o nosso trabalho se vai basear em dados desde o início do século XXI, de forma a ser possível fazer uma ponte entre emigração, desenvolvimento e cooperação económica, interessa olhar primeiramente para os principais destinos de emigração permanente dos portugueses. Utilizando dados relativos à emigração, podemos concluir que os 5 principais destinos de emigração são: Reino Unido; França; Suíça; Alemanha; e Angola. Os resultados apresentados são com base em dados estatísticos de 2016.

Gráfico 1<sup>12</sup> – Entrada de portugueses nos principais países de destino da emigração (2016)

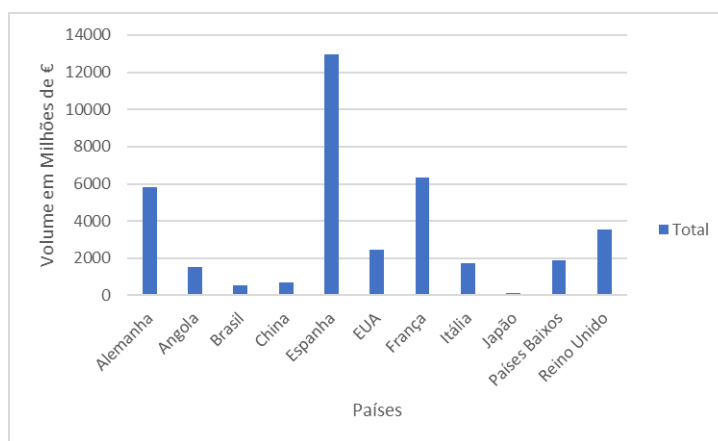


Fonte: Elaboração própria com base em dados do Observatório da Emigração

<sup>12</sup> Devido à falta de informação acerca das entradas de portugueses em determinados países de destino, os valores referentes à emigração para a França e para a Bélgica são do ano de 2013, e os valores da emigração para Moçambique são de 2014.

Se fizermos a mesma análise para as exportações de bens no ano de 2016, os principais destinos foram: Espanha; França; Alemanha; Reino Unido; e Estados Unidos da América, com valores semelhantes a Angola, que segue logo na 6ª posição.

Gráfico 2 - Exportações de bens por principais parceiros comerciais em 2016



Fonte: Elaboração própria com base em dados estatísticos da PORDATA

## Papel do Estado no regresso dos emigrantes

Para além das remessas, o regresso dos emigrantes ao seu país de origem pode ter um grande impacto na economia e desenvolvimento do país. O Estado português em conjunto com outros organismos, tem mostrado preocupação na criação de oportunidades para emigrantes portugueses que tenham interesse em retornar ao seu país de origem e desenvolver um negócio próprio. Em 2016, foram criados os primeiros Gabinetes de Apoio ao Emigrante (GAE) que resultam de acordos de cooperação entre a Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACCP) e as Câmaras Municipais, onde os princípios base são a disponibilidade no atendimento e a proximidade ao utente. Destina-se a todos os portugueses emigrados, aos que pretendem emigrar e aos que já emigraram e querem regressar ao seu país de origem (Portal das Comunidades Portuguesas, 2017). Cerca de 90% dos emigrantes que regressam a Portugal fixam-se nas freguesias de onde são naturais, fazendo com que as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia tenham um grande impacto no momento do regresso dos emigrantes. No ano de 2017 existiam 116 Câmaras Municipais com acordos de cooperação entre a DGACCP e os GAE (Portal das Comunidades Portuguesas, 2017). É inegável a importância do papel dos Municípios como agentes catalisadores de atração de investimento e geradores de internacionalização de empresas com base regional e é ainda importante a criação dos Protocolos de Cooperação de segunda geração entre o

Ministério dos Negócios Estrangeiros, Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas e os Municípios. Estes Protocolos são de dimensão económica e empresarial que se focam no investimento e na internacionalização (Carneiro, 2017).

Outro programa interessante que apoia os emigrantes na criação das suas empresas em Portugal é o “Elevar o seu negócio 4.0”. Uma iniciativa da Fundação AEP (Câmara do Comércio e Indústria) em parceria com o Alto Comissariado para as Migrações (ACM) que está direcionada a emigrantes que pretendam investir o seu *know-how* na criação de uma empresa intensiva em tecnologia e conhecimento. Através deste programa, os emigrantes têm acesso a toda uma rede de empresários portugueses, de negócios e investidores, assessoria individual, apoio técnico, formação online, acesso a uma plataforma com oportunidades de investimento e financiamento, entre outros (Elevar o seu Negócio 4.0, 2017). Atualmente, a AEP encontra-se ainda, apoiada pelo Portugal 2020, a desenvolver um projeto mais direcionado para jovens qualificados que recentemente deixaram o país. Esse projeto intitula-se “Retorno de uma Geração Preparada” e tem como objetivo, entre outros, reforçar o espírito empreendedor na diáspora, criar condições necessárias para o regresso dos jovens emigrantes a Portugal, criar uma rede internacional de apoio a empreendedores, fazer um levantamento do capital humano existente no estrangeiro e o seu potencial, e estimar o impacto que pode ter em Portugal caso esse potencial humano seja convertido na criação de empresas e projetos de inovação em Portugal (Fundação AEP, 2017).

Tal como foi mencionado acima, 90% dos emigrantes que regressam a Portugal voltam para as freguesias de onde são naturais. Logo, podemos aqui perceber que o emigrante regressado pode ter um grande impacto no desenvolvimento e intervenção local. Os emigrantes provenientes de zonas do interior do país, ao retornarem, ajudam na redução das assimetrias regionais, uma vez que o desenvolvimento local está associado à melhoria de condições de vida no território onde está inserido, à criação de empregos, inovação, uma cidadania ativa e à dinamização da economia local (Ramos, 2012). As Juntas de Freguesia acabam sempre por ter um papel importante no momento de incentivar os emigrantes locais a envolverem-se em projetos, a investirem em inovação e a explorarem o seu lado empreendedor.

Portugal tem vindo a ter cada vez mais uma perceção clara da importância do empreendedorismo oriundo das Comunidades Portuguesas. Existe um duplo potencial, uma vez que Portugal pode beneficiar com os fluxos de investimento oriundos dos emigrantes portugueses, mas também os países de destino podem ser encarados como iniciativas de expansão

internacional por parte de micro e pequenas empresas portuguesas. Assim, é importante disponibilizar aos empreendedores informação útil sobre os instrumentos e programas existentes em Portugal, assim como sobre as instituições geradoras de investimento no país. Sentiu-se a necessidade de criar um organismo que abordasse as questões ligadas à gestão do empreendedorismo da diáspora. Esse organismo é o Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora (GAID) e estabeleceu-se através de encontros anuais dos Investidores da Diáspora, subordinados ao lema “Conhecer para Investir” (Carneiro, 2017).

O GAID tem como principal objetivo a promoção, apoio e facilitação de investimento em Portugal por parte de emigrantes portugueses e lusodescendentes. Em articulação com a Agência de Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) o GAID providencia a melhor informação possível para o investidor, de forma a que, dentro do quadro legal aplicável, possa realizar o seu negócio. Acompanha de forma permanente os projetos de investimento, quer estejam numa fase embrionária ou já em execução, numa perspetiva de simplificar e agilizar os processos. Este Gabinete promove os contactos e parcerias entre investidores e entidades nacionais, como as Câmara Municipais, Câmaras de Comércio, GAE e associações empresariais, e constitui uma importante ferramenta no reforço e aproximação entre o tecido empresarial e a diáspora portuguesa, uma vez que se trata de uma entidade com capacidade de ação em Portugal e, ao mesmo tempo, conhecedora de diversas realidades locais através do apoio que beneficia da rede de Embaixadas e Consulados (Ministério dos Negócios Estrangeiros). O GAID funciona também como promotor da criação de redes de contactos entre os empresários da diáspora. O Gabinete gere, assim, uma base de dados atualizada que abrange milhares de micro e pequenas empresas que foram criadas por portugueses residentes no exterior ou que se encontram baseadas em território português com perspetivas de internacionalizar. Nessa base de dados estão também incluídas Câmaras de Comércio e outras entidades (Carneiro, 2017).

Em dezembro de 2016 ocorreu o 1º Encontro de Investidores da Diáspora, em Sintra, de onde resultaram vários projetos de investimento originário da diáspora, principalmente de setores ligados aos serviços, turismo, logística, energias renováveis, inovação e novas tecnologias. Em dezembro de 2017 realizou-se o II Encontro de Investidores da Diáspora, em Viana do Castelo. O objetivo do evento era proporcionar informações e esclarecimentos sobre oportunidades de investimento em Portugal e sobre oportunidades de investimento em países e regiões onde estão presentes comunidades portuguesas. Neste encontro foi

evidenciada a importância da diáspora portuguesa e a dimensão estratégica do mercado global que representa. Estes encontros fornecem conhecimento e reforçam a confiança daqueles que pretendem investir no seu país ou região de origem (Carneiro, 2017).

### **Plano Estratégico para as Migrações (2015-2020)**

O Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020 (PEM, 2015) tem como objetivo adequar o país a uma realidade migratória cada vez mais complexa, equiparando-a à estratégia de impulso industrial para o crescimento e emprego, assim como à prioridade definida pela Comissão Europeia de “Abordagem global para a migração e mobilidade”. O Programa do XIX Governo Constitucional comprometeu-se a implementar políticas com o objetivo de promover a integração social da população imigrante, mas também sentiu a necessidade de criar um novo impulso à ligação efetiva entre Portugal e a sua diáspora, através do fomento do empreendedorismo e investimento, da inovação e da internacionalização de micro e pequenas empresas. No Plano Estratégico para as Migrações, de 2015-2020, foi dado um grande destaque para a importância da definição de medidas orientadas para o regresso e reintegração de cidadãos da diáspora, bem como para a valorização e reconhecimento de talentos portugueses que residem no estrangeiro. Portugal enfrenta, nos dias de hoje, o desafio de dar resposta à mobilidade internacional, através da internacionalização da sua economia, e ainda a necessidade de reforçar os laços com os emigrantes portugueses, para propiciar condições para o seu regresso e reintegração (PEM, 2015).

Portugal necessita de uma política migratória que prossiga um saldo migratório positivo e na resolução de problemas da economia nacional. Para alcançar e manter um saldo positivo têm de ser desenvolvidas políticas de captação de migrantes que possam contribuir com o seu *know-how* para o desenvolvimento regional e nacional. As migrações devem ser vistas como oportunidades de novos investimentos e movimentos económicos, onde é possível alcançar novos mercados, novos públicos e sedimentar relações económicas mais profundas com outros países. Como já foi mencionado anteriormente, os migrantes são portadores de conhecimento, redes e competências que podem aumentar os benefícios e as oportunidades para o país de acolhimento e de origem, gerando riqueza e mão-de-obra. O recurso à diplomacia migratória é essencial para valorizar Portugal (PEM, 2015).

Ao longo dos últimos anos, o Governo tem vindo a aprovar medidas que reforçam a atratividade de Portugal como país de investimento e também a internacionalização da economia

nacional. Uma vez que Portugal é portador de uma vasta e qualificada diáspora, faz todo o sentido que a estratégia do Governo se direcione, em primeira linha, para os emigrantes portugueses e lusodescentes. No Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020, as políticas estabelecidas para o reforço da ligação, acompanhamento e apoio ao regresso dos emigrantes portugueses foram as seguintes:

- Criação de uma rede de interlocutores locais, públicos e privados, que apoiem a rede consular;
- Implementação de medidas de apoio ao emigrante português, através do reforço de ferramentas da rede consular;
- Atribuir apoios a iniciativas que estimulem a consolidação dos vínculos com Portugal, como a promoção da língua e cultura portuguesa;
- Incentivar a integração e participação cívica e política da diáspora nas sociedades e comunidades de acolhimento, através do apoio à escolaridade;
- Dinamizar as relações culturais, económicas e empresariais dos emigrantes com Portugal, através do incentivo e atração de relações comerciais das comunidades portuguesas com e em Portugal;
- Incentivar a criação de negócios por parte dos emigrantes portugueses;
- Acompanhar os Gabinetes de Apoio ao Emigrante para que possam ser promovidas políticas de apoio ao regresso dos emigrantes, através da divulgação de informação relacionada com as questões inerentes ao regresso e reinserção em todas as suas vertentes: social, jurídica, económica, investimento, emprego, educação, fiscal, administrativa, etc;
- Melhorar a forma como são efetuadas as recolhas de dados estatísticos oficiais relacionados com a dimensão e estrutura das comunidades;
- Promoção de políticas de reintegração, como o apoio à criação de emprego por conta própria, formação profissional e estágios profissionais no âmbito do programa “reativar”;

- Apoio à contratação de portugueses altamente qualificados que residem no estrangeiro, através da concessão de bolsas de estudo, bolsas de doutoramento, de doutoramento empresarial e de pós-doutoramento;
- Divulgar junto das comunidades portuguesas no estrangeiro os incentivos financeiros disponíveis no Portugal 2020, na perspetiva do apoio ao regresso.

(PEM, 2015).

## Dados sobre as remessas

Portugal mantém fortes relações económicas e comerciais com países onde residem comunidades portuguesas, como é o caso da França, Reino Unido e Alemanha. De facto, os países com que Portugal interage mais comercialmente, são os países que mais investem financeiramente, e são também os principais emissores de turistas e de onde são originárias as principais remessas de emigrantes. Na verdade, certos autores, como Massey, chegaram mesmo a correlacionar os fluxos migratórios internacionais com o fenómeno da internacionalização das trocas (Ramos, 2007).

Quando falamos do potencial económico da diáspora portuguesa, não podemos deixar de mencionar o impacto das remessas nas contas do Estado. Desde meados da década de 1990 até 2012, o valor das remessas em Portugal sofreu um decréscimo, passando de 2,9% do PIB em 1996, para 1% do PIB em 2012. No entanto, desde então que têm vindo a recuperar, representando, no segundo trimestre de 2017, 1,6% do PIB português, sendo que mais de metade desse valor é proveniente da França e da Suíça, países onde atualmente residem mais portugueses.<sup>13</sup> As remessas contribuíram mais para a economia portuguesa do que a totalidade dos fundos comunitários (Ramos, 2007). Têm um papel importante no desenvolvimento local e regional uma vez que melhoram as condições de vida das respetivas famílias, aumentam os investimentos na saúde, educação, construção habitacional e promovem ainda o espírito empreendedor, potencializando a construção de microempresas que, como consequência, ajudam a criar novos postos de trabalho (Ramos, 2012). Entre os países

---

<sup>13</sup> Valores retirados a 15/11/2017 do site do Banco de Portugal <https://www.bportugal.pt/Mobile/BPStat/Serie.aspx?IndID=826884&SerID=2027912&View=graph&SW=1349&Show=1&EndYear=2017&IniYear=2000>

desenvolvidos, Portugal é o país que recebe mais remessas e, em termos relativos, é o 17º país do mundo com mais remessas em % do PIB (Pires *et al.*, 2016).

## 4. Metodologia

Como já foi mencionado anteriormente, o objetivo deste trabalho é verificar se a diáspora portuguesa pode, de alguma forma, potenciar o desenvolvimento económico e institucional de Portugal, não só através de relações comerciais, mas também através de relações diplomáticas. Dessa forma, no capítulo seguinte serão analisadas, através de análise estatística descritiva, as emigrações e suas consequências para 7 países, sendo eles a Alemanha, Angola, Canadá, Espanha, Estados Unidos da América, França e Reino Unido. Iremos recolher, para cada país individualmente, os dados relativos às entradas e permanência de portugueses nos respetivos países, assim como dados referentes ao volume de exportações de bens oriundos de Portugal desde o início do milénio. Posteriormente faremos uma análise da possível relação entre a migração, comércio internacional e relações institucionais dos países referidos.

As questões institucionais são pertinentes na análise económica das migrações internacionais, e tanto mais, que como assinala Ramos (1995), há uma insuficiente consideração dos fatores institucionais nesta análise.

Para a elaboração deste estudo utilizámos uma metodologia qualitativa. Apesar da relação entre migração e comércio internacional poder ser analisada através de uma metodologia quantitativa, mais precisamente através de teste de hipóteses ou do modelo gravitacional, o nosso estudo envolve a vertente institucional, que não pode ser quantificada nem medida. Assim, demos prioridade à metodologia qualitativa que, citando Arakcy Martins Rodrigues (*cf.* Évora, 2006), trata fenómenos que “não podem ser medidos, mas merecem ser conhecidos”.

A análise da relação entre emigração e o volume das exportações de bens de Portugal foi feita através da recolha de dados estatísticos e o seu respetivo tratamento. Dados provenientes de censos, relatórios estatísticos e do Instituto Nacional de Estatística podem constituir elementos importantes para exprimir grandes tendências, assim como permitem perceber certos fenómenos sociais complexos numa perspetiva holística, como é o caso das migrações (Carmo e Ferreira, 2015).

A partir da recolha de dados, os resultados foram tratados de uma forma indutiva, ou seja, a informação recolhida não tem como objetivo a verificação de hipóteses, mas sim a compreensão de certos fenómenos e o desenvolvimento de teorias de “baixo para cima”, tendo como base a interrelação dos dados obtidos. A este método dá-se o nome de “teoria fundamentada” ou *grounded theory* (Glaser e Strauss, 1967) (*cf.* Carmo e Ferreira, 2015).

Para além da análise dos dados estatísticos recolhidos, foram ainda realizadas entrevistas não-estruturadas a Câmaras do Comércio e Indústria, ao Observatório das Migrações e à Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal. Destas entrevistas resultaram diversos dados e informações complementares que, acrescidas à análise estatística elaborada, complementaram o nosso estudo com as relações institucionais que têm sido desenvolvidas entre Portugal como país de origem e os respetivos países de acolhimento da emigração.

## **5. Recolha e análise de dados dos diferentes países**

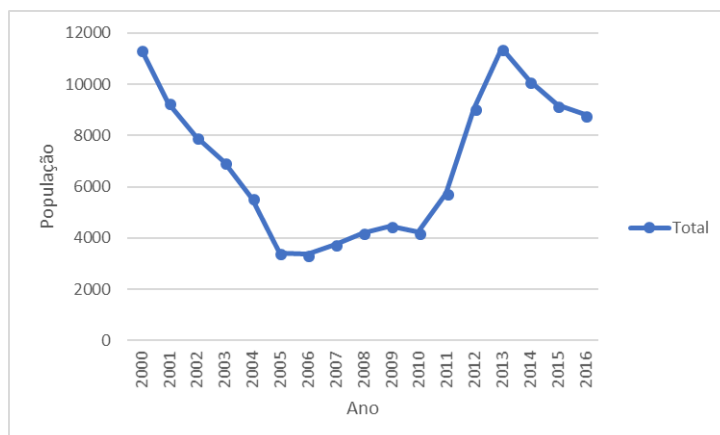
### **Alemanha**

A Alemanha é o quarto país do mundo para onde emigram mais portugueses, mas, no entanto, a entrada de portugueses emigrantes tem vindo a decrescer desde o início do milénio. Em 2000, entraram cerca de 11 369 emigrantes portugueses na Alemanha e, 2016, apenas foram registados 8 810<sup>14</sup>. Entre o ano de 2001 a 2006, houve um decréscimo acentuado, tendo sido recuperado durante os anos em que se fez sentir a crise em Portugal (2007 a 2013) (Pires *et al.*, 2016).

---

<sup>14</sup> Ver tabela 4 em anexo.

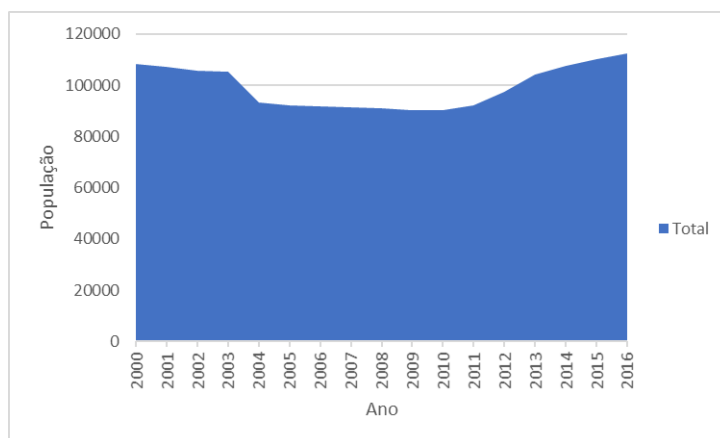
Gráfico 3 - Entrada de portugueses na Alemanha entre 2000 e 2016



Fonte: Elaboração própria com dados obtidos no Observatório da Emigração

Relativamente ao número de portugueses a residir na Alemanha, estes representam apenas 1,3% do total de emigrantes naquele país. Apesar disso, o valor total de emigrantes portugueses no país de acolhimento continua a ser superior a 100 mil<sup>15</sup>, sendo o sétimo país do mundo onde reside mais portugueses emigrados (Pires *et al.*, 2017).

Gráfico 3.1 - Nascidos em Portugal e residentes na Alemanha entre 2000 e 2016



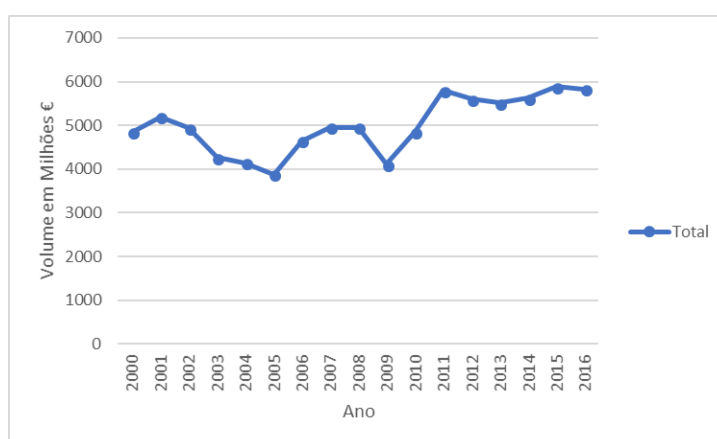
Fonte: Elaboração própria com dados obtidos no Observatório da Emigração

Se compararmos as entradas e o número de residentes portugueses na Alemanha com o volume de exportações de bens de Portugal para a Alemanha durante o mesmo período, podemos verificar que as ondas de entrada de portugueses na Alemanha acompanham, de

<sup>15</sup> Ver tabela 5 em anexo.

forma pouco acentuada, o volume de exportações. Existe uma redução nas exportações entre 2000 e 2005, uma melhoria entre 2005 e 2008, e um aumento mais significativo a partir de 2009, tal como se verifica nas entradas de emigrantes portugueses (gráfico 3). No entanto, se compararmos com o número de residentes portugueses, a relação já não é tão notória, uma vez que podemos apenas referir a quebra nas exportações entre 2003 e 2011 que acompanha a quebra de portugueses residentes na Alemanha ao longo do mesmo período.

Gráfico 3.2 – Exportações de bens para a Alemanha entre 2000 e 2016 (em milhões €)



Fonte: Elaboração própria com base em dados estatísticos da PORDATA

Em 1961 a Alemanha tornou-se o principal parceiro comercial de Portugal, tendo perdido o primeiro lugar para Espanha em 1998. Desde a década de 1980 que muitos são os investimentos de empresas alemãs em Portugal, tendo como exemplo a Bosch, a Volkswagen Autoeuropa, a Leica, a Continental Mabor, a Grohe, a Siemens ou a SAP (Meyrelles, 2014). No entanto, o comércio e investimento entre Portugal e Alemanha não são uma via de sentido único, tendo já havido portugueses a investir no mercado alemão, como é o caso das cadeiras hoteleiras Sana e Pestana, assim como centros comerciais da Sonae (Brandenburg, 2014).

No mês de abril de 2018 realizamos uma entrevista à Dra. Rosário Carvalho, Diretora do Departamento de Sócios da Câmara de Comércio e Indústria luso-alemã. Quando lhe foi questionado se achava que o número de emigrantes portugueses na Alemanha influenciava o volume de exportações e as relações institucionais entre ambos, a resposta foi que sim, influenciava, mas também o IDE alemão em Portugal e as empresas alemãs que cá estão posicionadas influenciam a emigração. Segundo esta especialista da Câmara de Comércio e Indústria, na Alemanha existe a falta de profissionais altamente qualificados, com formação

superior, o que faz com que as grandes empresas sintam a necessidade de procurar mão-de-obra no estrangeiro. Empresas como a Bosch, SAP e Siemens, que têm posicionamento em Portugal, contrataram profissionais portugueses qualificados e, posteriormente, esses profissionais têm a oportunidade de dar continuidade ao seu trabalho e à sua carreira na Alemanha, onde se encontram as sedes das empresas. Dessa forma, não só a emigração influencia as relações comerciais, mas também o inverso se verifica.

A Câmara do Comércio e Indústria luso-alemã (CCILA), nos anos 1980, em consequência do aumento da presença de empresas alemãs em Portugal, iniciou um projeto de Formação Profissional, que hoje tem a designação de DUAL. Este projeto veio dar resposta às solicitações de muitas empresas alemãs à procura de profissionais qualificados para unidades de produção. Desde então que o projeto tem crescido e ganhado outra dimensão, sendo uma referência também para empresas portuguesas, contando com mais de 1 000 formandos e mais de 250 empresas formadoras no ano de 2014 (Meyrelles, 2014). Sendo a Alemanha o segundo maior parceiro comercial de Portugal, existe também uma preocupação por parte da CCILA em promover as exportações portuguesas. Em 2012, Portugal recebeu o então Ministro alemão da Economia, Phillip Rosler, que se fez acompanhar de vários responsáveis de compras de empresas alemãs. Desta visita resultou o programa PortugalPlus, onde foram dadas a conhecer as potencialidades e excelência das empresas portuguesas na Alemanha (Meyrelles, 2014).

São cerca de 50 as empresas portuguesas com representação permanente na Alemanha, sendo que a maior parte é com investimento na área comercial. Das principais empresas, são de destacar: Sonae Sierra - empresa gestora de centros comerciais que gere, atualmente, três centros comerciais na Alemanha; Sonae Indústria – detém a fábrica de produção de pavimentos em madeira e de laminados Glunz A G; Sodécia SA – adquiriu a empresa produtora de peças e componentes para a indústria automóvel FGG Automotive GmbH e tem ainda um centro de investigação em Hannover; Simoldes – detém o centro de serviços ACS Advanced Customer Service em Gladenbach e uma operação industrial em Wolfsburg, a Simoldes Plasticos Deutschland GmbH; Soporcel – detém uma empresa distribuidora, a Soporcel Deutschland GmbH; Amorim – tem duas empresas, a Amorim Deutschland GmbH & Co. KG e a Amorim Cork Deutschland GmbH & Co. KG; Grupo Pestana, inaugurado em 2010; Sana Hotels Portugal; entre outras (AICEP Portugal Global, 2017b).

Segundo dados trabalhados pela AICEP, entre 2012 e 2016, estiveram envolvidas nas exportações de bens para a Alemanha cerca de 4 763 empresas portuguesas (AICEP Portugal Global, 2017a). Em termos globais, as empresas que exportaram para a Alemanha em 2016, representaram 14.9% do tecido empresarial exportador em Portugal, constituído por um total de 20 837 operadores económicos. Do conjunto de 3 095 empresas exportadoras no ano de 2016, sete empresas exportaram individualmente mais de 100 milhões de euros, num total de 2 087 milhões de euros, representando um total de 35,8% do total exportado em valor (AICEP Portugal Global, 2017a).

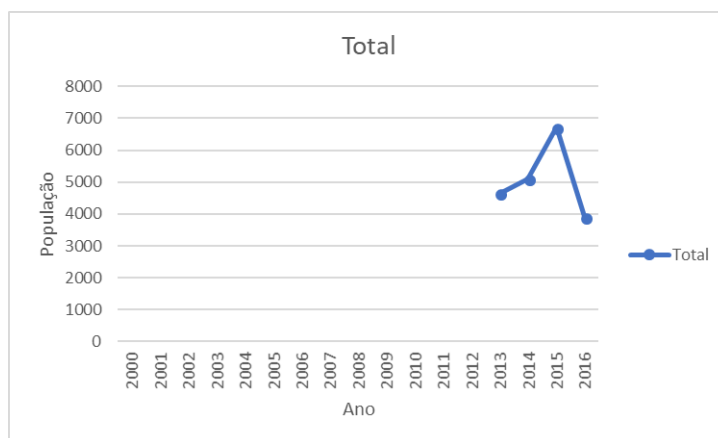
Um exemplo de uma iniciativa inovadora para promover Portugal foi a criação, em 2012, da Associação de Pós-Graduados Portugueses na Alemanha (ASPPA) que tem como objetivo representar, defender e promover a imagem dos portugueses com grau académico a residir na Alemanha, ajudando-os a ingressar no mercado de trabalho alemão e apoiando-os na decisão de regressar a Portugal. Todos os anos a ASPPA organiza um encontro que reúne a comunidade de graduados portugueses e delinea estratégias junto da comunidade emigrante para que se tornem uma mais-valia na promoção de empresas e produtos portugueses. A ASPPA tem ainda uma parceria com a Native Scientist, que conta com o apoio do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua e da Coordenação do Ensino Português na Alemanha. Esta iniciativa tem como objetivo levar cientistas portugueses a trabalhar na Alemanha às escolas com crianças e jovens bilingues para falar sobre ciência em português. Dessa forma, pretende-se fortalecer a educação dessa comunidade emigrante. A ASPPA representa todos os portugueses e lusodescendentes com grau académico a residir na Alemanha, atendendo aos seus interesses e preocupações em diversos eventos e junto de parceiros institucionais (Simões, 2016).

## **Angola**

Angola, sendo uma ex-colónia portuguesa, partilha uma história, uma cultura, e a mesma língua oficial com Portugal. Em 2016, foi considerado o sexto país do mundo para onde emigram mais portugueses. No entanto, não foi possível adquirir os valores de forma tão assertiva, podendo os mesmos estar, eventualmente, subestimados, uma vez que o Observatório das Migrações não conseguiu aceder ao número de vistos emitidos pelo Consulado de Angola em Faro. Os dados relativos às entradas de portugueses em Angola correspondem à

soma dos vistos emitidos pelos consulados de Angola no Porto e em Lisboa. Não foi possível aceder aos dados dos portugueses a residir em Angola.

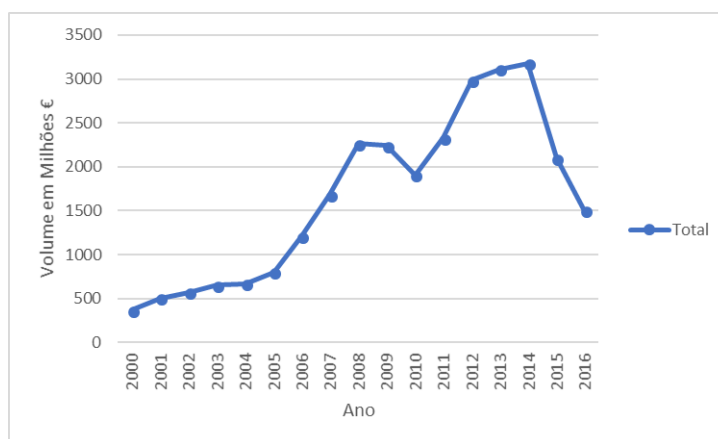
Gráfico 4 - Entrada de portugueses em Angola entre 2013 e 2016



Fonte: Elaboração própria com dados obtidos no Observatório da Emigração

De 2015 para 2016 a emigração portuguesa para Angola caiu cerca de 42% devido, provavelmente, aos efeitos da crise dos preços do petróleo e as consequências que adviram da mesma, sobretudo no mercado de trabalho (Pires *et al.*, 2017).

Gráfico 4.1 – Exportações de bens para Angola entre 2000 e 2016 (em milhões €)



Fonte: Elaboração própria com base em dados estatísticos da PORDATA

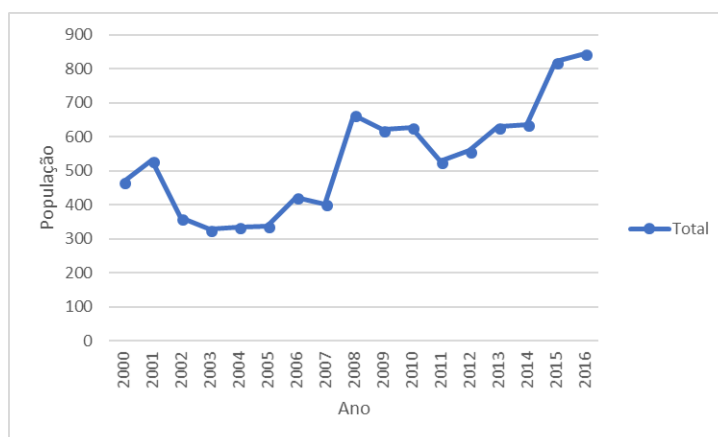
Uma vez que existe escassez de dados concretos sobre a entrada de portugueses em Angola e a permanência de emigrantes portugueses no mesmo país, torna-se difícil fazer uma análise comparativa dos dados da emigração com as exportações de bens. Segundo os dados obtidos na PORDATA, em 2016 as trocas comerciais portuguesas de bens registaram exportações

no valor de, aproximadamente, 1,5 mil milhões de euros para Angola<sup>16</sup>, correspondendo a cerca de 3% das exportações totais de bens portuguesas, fazendo de Angola o 8º cliente de Portugal. Entre 2012 e 2016, estiveram envolvidas nas exportações de bens para Angola cerca de 18 002 empresas portuguesas, sendo que, só no ano de 2016, estima-se que esse valor ascendeu às 5 520 empresas, representando 26,5% do universo de empresas portuguesas exportadoras, menos 1 944 empresas face ao ano anterior. Angola é, assim, o 2º mercado com maior número de operadores económicos portugueses com vendas de bens ao exterior, sendo ultrapassado apenas por Espanha, num total de 215 países. É importante referir ainda que, no grupo das 5 520 empresas exportadoras, 2 739 delas têm como único cliente o mercado angolano (AICEP Portugal Global, 2017c).

## Canadá

A emigração portuguesa para o Canadá tem sido uma tendência crescente desde o início do milénio. No entanto, é relativamente reduzida quando comparada com a emigração para outros países, uma vez que apresenta valores inferiores a 900 entradas de portugueses por ano<sup>17</sup>.

Gráfico 5 - Entrada de portugueses no Canadá entre 2000 e 2016



Fonte: Elaboração própria com dados obtidos no Observatório da Emigração

Relativamente aos portugueses residentes no Canadá, apenas conseguimos obter dados referentes aos anos de 2001, 2006, 2011 e 2016<sup>18</sup>. Em 2001, o total contabilizado de portugueses a residir no Canadá era de 153 530. Em 2016, esse valor tinha baixado para 143 160, o que

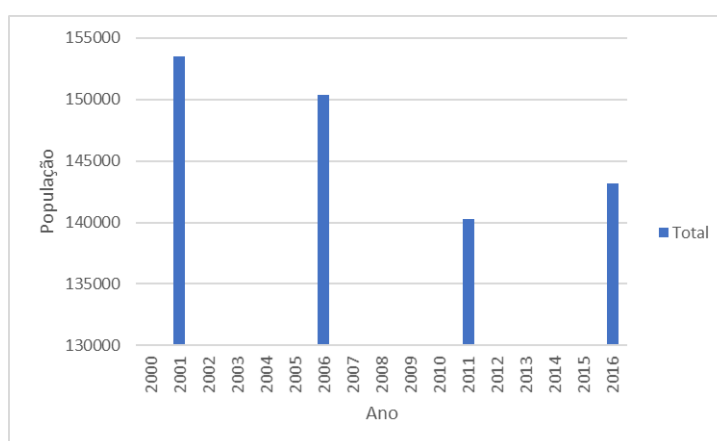
<sup>16</sup> Ver tabela 8 em anexo.

<sup>17</sup> Ver tabela 9 em anexo.

<sup>18</sup> Ver tabela 10 em anexo.

significa que as entradas de portugueses no Canadá não vieram compensar o regresso ou as mortes dos portugueses já lá emigrados. Os portugueses são uma minoria entre os nascidos no estrangeiro e residentes no Canadá, representando apenas 1.7% do total, mas, apesar destes valores, o número de portugueses residentes naquele país continua a situar-se acima dos 100 mil, fazendo do Canadá no 4º país do mundo onde residem mais portugueses emigrados (Pires *et al.*, 2017).

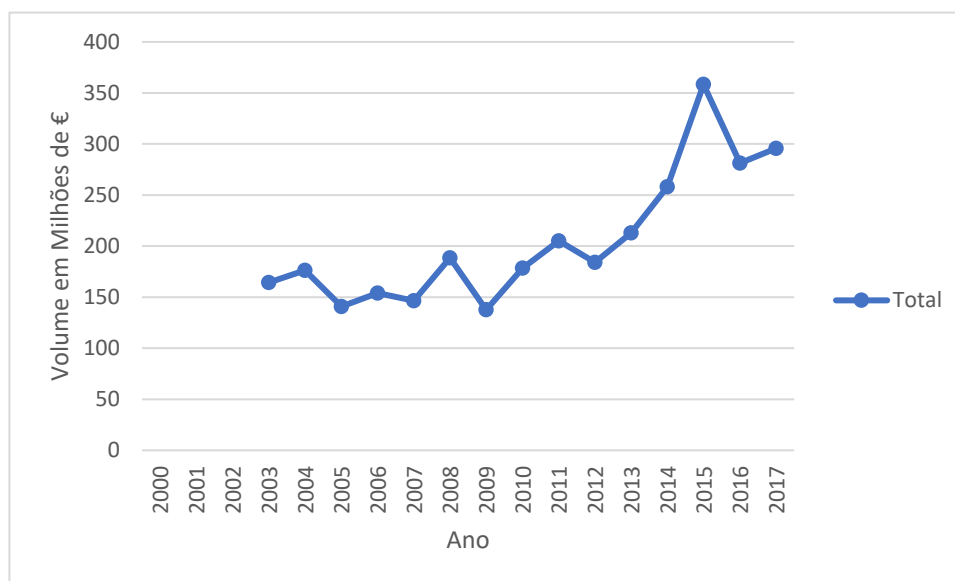
Gráfico 5.1 - Nascidos em Portugal e residentes no Canadá entre 2000 e 2016



Fonte: Elaboração própria com dados obtidos no Observatório da Emigração

Relativamente às exportações portuguesas de bens para o Canadá, apenas conseguimos obter dados entre o ano de 2003 e 2017. O Canadá não mantém relações comerciais privilegiadas com Portugal, ocupando a 22ª posição como cliente de Portugal. No entanto, consideramos interessante analisar as relações mantidas entre ambos os países, uma vez que é onde se encontra uma grande comunidade de portugueses e lusodescendentes, chegando quase ao meio milhão de pessoas.

Gráfico 5.2 – Exportações de bens para o Canadá entre 2003 e 2017 (em milhões €)



Fonte: Elaboração própria com base em dados do Trade Market Access Database da Comissão Europeia

Entre 2011 e 2015, segundo dados recolhidos pela AICEP, cerca de 2 497 empresas portuguesas estiveram envolvidas nas exportações de bens para o Canadá. Só no ano de 2015, esse valor ascendeu às 1 359 empresas, que representaram cerca de 6,2% do tecido empresarial exportador nacional, mais 128 do que no ano de 2014 (AICEP Portugal Global, 2016a).

A 21 de setembro de 2017 entrou provisoriamente em vigor um acordo de comércio livre entre o Canadá e os países da União Europeia, do qual Portugal é membro. Esse acordo – CETA – *Comprehensive Economics and Trade Agreement* – foi assinado a 30 de outubro de 2016, no âmbito da Cimeira UE-Canadá, mas a sua aplicação será provisória uma vez que só poderá entrar em vigor pleno quando todos os parlamentos dos países membros da UE votarem o acordo e, apesar de o tratado já ter sido aprovado pelas câmaras canadianas e europeia, a passagem pelos parlamentos nacionais e locais pode levar vários anos. Deste acordo resultaram diversos benefícios para as empresas portuguesas, nomeadamente:

- Redução dos direitos aduaneiros para os exportadores e importadores nacionais, uma vez que serão eliminados os direitos aduaneiros de 98,6% das linhas pautais canadianas e de 98,7% de linhas pautais da UE. Este acordo vem proporcionar importantes oportunidades para as empresas portuguesas, principalmente para Pequenas e Médias Empresas, as quais representam a esmagadora maioria do nosso tecido empresarial;

- Redução de outros custos que afetem os exportadores nacionais;
- Abertura do mercado de serviços do Canadá às empresas nacionais;
- Facilita o acesso de empresas nacionais a contratos públicos canadianos;
- Assegura a proteção de Indicações Geográficas (IG), ou seja, assegura as denominações dos produtos agrícolas de alta qualidade e, no caso de Portugal, as IG protegidas são 19, distribuídos pelos produtos de azeite, frutas, carnes transformadas e queijos;
- Incentiva as empresas canadianas a investir mais em Portugal, e vice-versa.

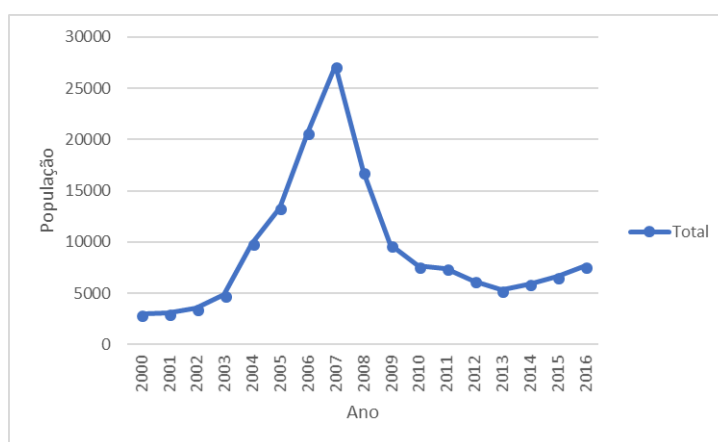
O CETA tem assim como objetivo promover a intensificação das trocas comerciais de bens e serviços e dos fluxos de investimento entre o Canadá e a União Europeia, abrindo oportunidades de negócios para as empresas e contribuindo para o crescimento das economias (República Portuguesa, 2017).

O Canadá não só é um país onde a comunidade portuguesa tem uma forte presença, mas também é considerado um mercado importante, com uma economia aberta, competitiva e regulada, onde Portugal pode beneficiar do CETA e configurar oportunidades interessantes para as suas empresas. No setor dos vinhos, o Canadá é um dos maiores importadores a nível mundial e Portugal mantém-se como um dos principais fornecedores, podendo existir aqui uma oportunidade a ser explorada. No setor do calçado, em 2014, Portugal foi o 7º fornecedor ao mercado canadiano e, se considerarmos apenas o calçado de couro, Portugal foi o 5º fornecedor, logo a seguir à Itália e a grandes fabricantes asiáticos como a China, Vietname e Camboja. Ao nível do mobiliário, as exportações têm vindo a aumentar nos últimos 5 anos, especialmente em 2014, em que sofreram um aumento de 34,3%, tendo ultrapassado os 26,5 milhões de dólares canadianos. Relativamente ao setor alimentar, existe uma tendência ao nível da distribuição alimentar no Canadá que é o crescimento do espaço para o “segmento étnico”, o que faz com que as exportações de bens alimentares tipicamente portugueses aumentem e sirvam como abastecimento da comunidade luso canadiana, podendo também se refletir em oportunidades fora da comunidade. A exportação de produtos de carne portuguesas para o Canadá foi recentemente autorizada, aumentando assim as oportunidades para os produtores de fiambre, enchidos, presuntos, entre outros (AICEP Portugal Global, 2015a).

## Espanha

Espanha é o sexto país do mundo para onde emigram mais portugueses. No início do milénio entraram cerca de 3 mil portugueses em Espanha e, até ao surgimento da crise económica em 2008, esses valores foram aumentando consideravelmente, tendo sido registado cerca de 27 mil entradas no ano de 2007<sup>19</sup>. A partir da crise económica e financeira que abalou a Europa, a emigração para Espanha, tal como aconteceu para outros países europeus, começou a diminuir, embora mantendo-se sempre relativamente elevada (Pires *et al.*, 2016).

Gráfico 6 - Entrada de portugueses em Espanha entre 2000 e 2016



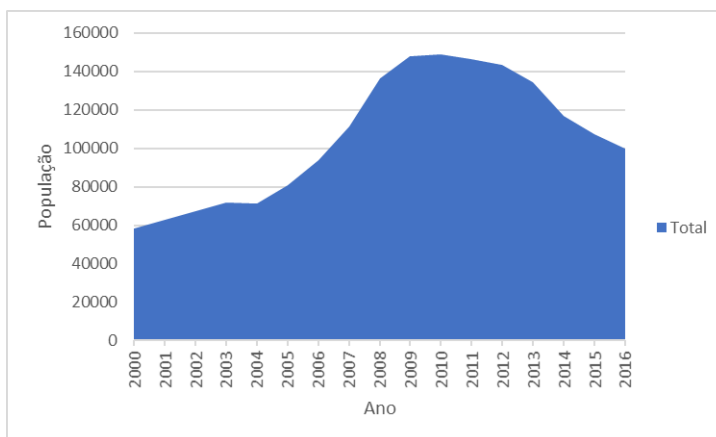
Fonte: Elaboração própria com dados obtidos no Observatório da Emigração

No ano de 2016, o número totalizado de portugueses emigrados em Espanha era de 100 027<sup>20</sup>. Os portugueses representam uma minoria, comparando com os nascidos no estrangeiro e residentes em Espanha no ano de 2016, representando apenas 1,6% do total de emigrantes. Apesar dos valores terem vindo a diminuir, o número de portugueses a residir em Espanha mantém-se acima dos 100 mil e, no ano de 2016, era o oitavo país do mundo com mais portugueses emigrados (Pires *et al.*, 2017).

<sup>19</sup> Ver tabela 12 em anexo.

<sup>20</sup> Ver tabela 13 em anexo.

Gráfico 6.1 - Nascidos em Portugal e residentes em Espanha entre 2000 e 2016



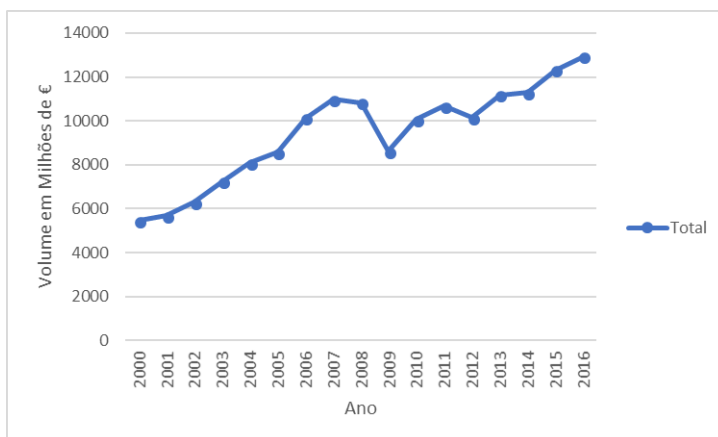
Fonte: Elaboração própria com dados obtidos no Observatório da Emigração

Fazendo agora uma análise comparativa entre a emigração e a exportação de bens de Portugal para Espanha, podemos observar que, até ao ano de 2007, período em que foi atingido o pico de entrada de portugueses em Espanha, o volume de exportações de bens vinha a aumentar de ano para ano (gráfico 6.2). No entanto, de 2007 a 2009, as entradas diminuíram consideravelmente, passando de 27 178 para 9 738<sup>21</sup>, tal como o volume de exportações, que passou de 10 978,90€ milhões em 2007 para 8 623,70€ milhões em 2009<sup>22</sup>. Este período temporal coincide com o pico da crise económica e financeira que abalou tanto Portugal como Espanha, o que pode ter contribuído para esta diminuição nas exportações. Uma vez que Espanha é o nosso único vizinho geográfico e dependemos dele para chegar a outros países da Europa via terrestre, faz com que seja imperativo ter aquele país como nosso principal parceiro comercial. Nesse sentido, apesar de haver a influência das emigrações nas trocas comerciais, o fator distância é, provavelmente, o principal indicador responsável pelos valores apresentados no gráfico 4.2.

<sup>21</sup> Ver tabela 12 em anexo.

<sup>22</sup> Ver tabela 14 em anexo.

Gráfico 6.2 – Exportações de bens para Espanha entre 2000 e 2016 (em milhões €)



Fonte: Elaboração própria com base em dados estatísticos da PORDATA

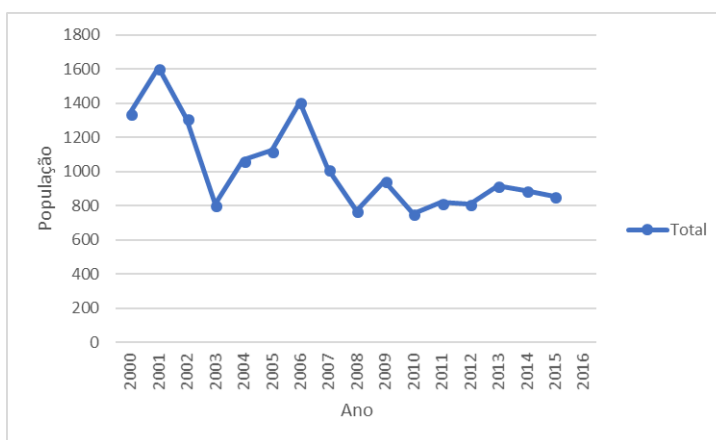
Entre os anos de 2010 e 2014, estiveram envolvidas nas exportações de bens para Espanha cerca de 8 130 empresas portuguesas. Em 2017 foi registado o envolvimento de 6 770 empresas. Em 2014, o mercado espanhol recebia 23,5% das vendas totais portuguesas de bens ao exterior, tanto quando o agregado composto pelo segundo e terceiro clientes juntos, nomeadamente França (11,74%) e Alemanha (11,69%) (AICEP Portugal Global, 2015b).

### Estados Unidos da América

A emigração portuguesa para os Estados Unidos da América tem vindo a perder significado desde o início do milénio. Comparando com outros destinos de emigração portuguesa em que as entradas de portugueses são superiores a 10 mil entradas por ano, os EUA são apenas o décimo país do mundo para onde emigram mais portugueses. No ano de 2000, foram registadas cerca de 1 350 entradas de portugueses no país, sendo que em 2015, esse valor ficou reduzido a 857<sup>23</sup> (Pires *et al.*, 2017).

<sup>23</sup> Ver tabela 15 em anexo.

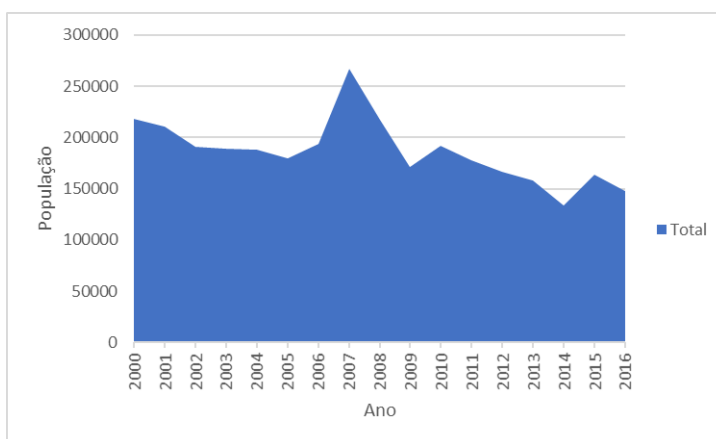
Gráfico 7 – Entrada de portugueses nos Estados Unidos da América entre 2000 e 2015



Fonte: Elaboração própria com dados obtidos no Observatório da Emigração

Se analisarmos agora o número de portugueses a residir nos EUA, apesar de o valor também ter descido consideravelmente desde o início do milénio – tendo sido registados cerca de 218 646 emigrantes portugueses, em 2000, e 148 208, em 2016<sup>24</sup> – a base continua a ser bastante elevada, fazendo deste país o terceiro país do mundo onde residem mais portugueses emigrados (Pires *et al.*, 2017).

Gráfico 7.1 - Nascidos em Portugal e residentes nos Estados Unidos da América entre 2000 e 2016

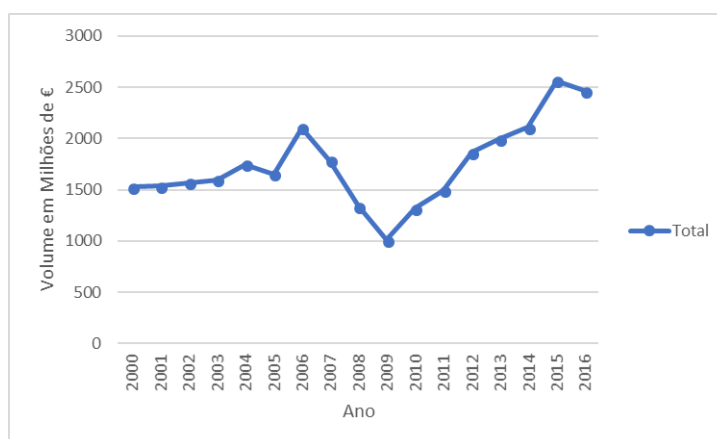


Fonte: Elaboração própria com dados obtidos no Observatório da Emigração

<sup>24</sup> Ver tabela 16 em anexo.

Ao compararmos agora as exportações de bens de Portugal para os EUA com o número de portugueses residentes no país, verificamos que, até ao ano de 2008, ambos os gráficos apresentam evoluções semelhantes, ressaltando um pico de emigrantes portugueses no ano de 2007, assim como um aumento significativo no volume de exportações no mesmo período. No entanto, o volume de exportações continua a apresentar um aumento considerável, chegando a atingir valores de 2 566,7 milhões de € em 2015<sup>25</sup>, apesar do número de portugueses a residir no país ter vindo a diminuir, sendo no mesmo ano de 163 768<sup>26</sup>. À semelhança do acordo CETA entre o Canadá e a União Europeia, também os Estados Unidos da América estão em negociações com a UE para que seja aprovado um acordo de livre comércio e investimento, chamado TTIP – *Transatlantic Trade and Investment Partnership* – apesar de ainda não haver uma data estimada para a sua conclusão e implementação.

Gráfico 7.2 – Exportações de bens para os Estados Unidos da América entre 2000 e 2016  
(em milhões €)



Fonte: Elaboração própria com base em dados estatísticos da PORDATA

Entre 2010 e 2014, estiveram envolvidas nas exportações de bens para os EUA cerca de 4 794 empresas portuguesas, sendo que, só no ano de 2014, esse valor ascendeu aos 2 561 (AICEP Portugal Global, 2016b). Em 2017, o número de empresas envolvidas foi de 3 220.

Apesar de não ser um dos principais destinos de emigração portuguesa e ter vindo a perder significado, continua a ser um país onde existe uma grande comunidade portuguesa e de lusodescendentes, tal como foi mencionado acima. Assim sendo, importa verificar de que

<sup>25</sup> Ver tabela 17 em anexo.

<sup>26</sup> Ver tabela 16 em anexo.

forma Portugal pode beneficiar com essa diáspora, sendo que, como veremos abaixo, esses benefícios não têm necessariamente de provir de relações comerciais, podendo ser criadas novas oportunidades através da exploração e impulso das relações institucionais e culturais entre ambos os países.

Em 1985 foi criado pelo Estado português a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento – FLAD. Esta Fundação resultou de um acordo diplomático celebrado entre Portugal e os Estados Unidos da América com o objetivo de criar uma instituição que promovesse as relações entre ambos os países, visando o desenvolvimento económico, social e cultural português. Desde a sua criação, a FLAD tem criado diversos programas para impulsionar essa relação luso-americana, sendo alguns desses programas os seguintes:

- *Study in Portugal Network* (SiPN) – o programa foi criado em outubro de 2014 e tem como objetivo colocar Portugal como referência num contexto de competição internacional, fazendo com que as universidades portuguesas se tornem mais conhecidas nos EUA. Segundo um estudo elaborado em 2012 pelo *Open Doors Report* do Institute for International Education (IIE), em 2013, mais de 289 mil estudantes norte americanos participaram em programas de mobilidade de curta duração no estrangeiro. No entanto, apesar da Europa ser o destino de eleição de mais de metade daqueles estudantes, a verdade é que Portugal recebeu apenas 211 alunos, ficando numa posição inferior a países como a República Checa (3 477), a Grécia (2 701), Hungria (682), Polónia (562) e Luxemburgo (369). Foi devido a esta realidade que a FLAD, em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos da América em Lisboa, a Câmara Municipal de Lisboa, a Comissão *Fullbright* Portugal, a SATA, a AICEP, o Ministério da Educação e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, criaram esta iniciativa. O programa oferece a possibilidade aos estudantes de diversas Faculdades dos EUA de passarem algum tempo (mínimo um mês, máximo um ano letivo), a estudar em universidades portuguesas, com vista a criar e potenciar sinergias positivas entre as instituições envolvidas, acelerando o processo de internacionalização das mesmas (Pereira, 2015);
- FLAD *Life Science* 2020 – consiste num programa dirigido a investigadores que operem em território português e que estejam a trabalhar em conjunto com cientistas a operar nos Estados Unidos da América. A Fundação galardoa dois projetos

científicos com um valor total de 800 mil euros, durante três a quatro anos, com o objetivo de sustentar, aprofundar e internacionalizar a investigação nacional e, consequentemente, a economia portuguesa (Fundação Luso-americana para o Desenvolvimento, 2018);

- Portugal *Business* USA – trata-se de uma ferramenta de apoio às empresas que pretendam investir e internacionalizar as suas operações para os EUA (Fundação Luso-americana para o Desenvolvimento, 2018).

Para além dos programas criados pela FLAD, a Fundação foi ainda, por dois anos consecutivos (2015 e 2016), palco do diálogo entre políticos portugueses e legisladores luso-americanos. Segundo o Senador estadual de Massachusetts, Michael Rodrigues, “nunca uma iniciativa de uma instituição nacional fez tanto pelas relações entre Portugal e os Estados Unidos”. Este diálogo reuniu 12 representantes luso-americanos eleitos nos EUA e políticos e governantes nacionais. O objetivo desta iniciativa é contribuir para o desenvolvimento de uma rede de políticos lusodescendentes que estabeleça contacto com a realidade de Portugal e facilite contactos ao mais alto nível, para além de facilitar a exploração de oportunidades de colaboração e negócio entre Portugal e os EUA (Vaz, 2016). Em junho de 2017, a FLAD realizou a primeira *California Portuguese American Coalition*, uma cimeira que pretende unir os funcionários eleitos e os líderes luso-americanos da Califórnia, com o objetivo de aproximar os lusodescendentes das suas raízes e comunidades (Vaz, 2017). Existe um claro empenho, por parte desta Fundação, em incrementar as relações entre Portugal e os Estados Unidos da América, utilizando como base de suporte toda a comunidade lusodescendente.

O impacto cultural da comunidade portuguesa nos EUA tem-se feito sentir ao longo dos últimos anos e, como consequência, o mês de junho de 2018 foi assinalado como o mês de Portugal, sendo celebrado em quase 60 cidades e 12 Estados norte-americanos. Diversos eventos tiveram lugar ao longo do mês, tendo-se dado destaque à música portuguesa, nomeadamente ao fado, à gastronomia, à arte, a projetos de educação, cinema, entre outros.

Para além de todas estas iniciativas, achamos interessante mencionar ainda alguns exemplos do empreendedorismo português nos Estados Unidos da América que têm vindo a trazer benefícios económicos para Portugal:

- Manuel Vieira, detentor da empresa A.V. Thomas Produce. Ocupa a liderança no mercado de distribuição de batata doce da Califórnia e é o maior produtor e distribuidor de batata doce biológica do mundo. Neste momento tem um Hiper Mercado nas Lajes do Pico e é fundador e Presidente da Sociedade Filarmónica Lira Açoriana. É ainda Presidente da Casa dos Açores de Hilmas e, em 2008, foi considerado “Empreendedor do Ano” pela Câmara do Comércio da Califórnia (Cotec Portugal, 2018);
- António Frias, criador da S&F Concrete, a quarta maior empresa no setor de moldes de betão nos EUA. Apesar do seu sucesso, mantém ainda fortes ligações com a comunidade portuguesa e é membro ativo do Hudson Portuguese Club, do Sport Lisboa e Benfica e do Portuguese American Leadership Council (Cotec Portugal, 2018);
- West to West, Portugal e Silicon Valley. Nasceu em 2015 e tem como objetivo apoiar a internacionalização de empresas portuguesas para os EUA, nomeadamente para Silicon Valley.

## França

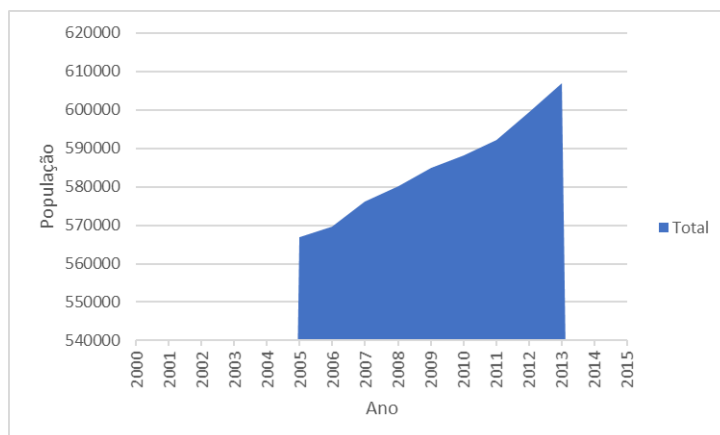
A França é o segundo país para onde emigram mais portugueses. Os valores referentes a este país são de 2013 e foram apresentados pelo *Institut National de la Statistique et des Études Économiques* (INSEE), através de médias quinquenais. Isto significa que os valores apresentados representam uma média das entradas entre os anos de 2010 e 2015. No caso das entradas de portugueses em França, a média é de 18 mil entradas por ano<sup>27</sup>, ou seja, cerca de 90 mil novos emigrantes ao longo desses 5 anos. Em 2012, o INSEE contabilizou que, de toda a população emigrada em França, os portugueses representavam cerca de 8%, uma quantidade bastante significativa, sendo ultrapassada apenas pelos argelinos e marroquinos (Pires *et al.*, 2016).

O número de portugueses emigrados em França tem vindo a aumentar ligeiramente ao longo dos últimos anos, passando de 567 mil em 2005, para pouco mais de 606 mil em 2013, fazendo da França o país do mundo com o maior número de emigrantes portugueses a residir no país (Pires *et al.*, 2016).

---

<sup>27</sup> Ver tabela 18 em anexo.

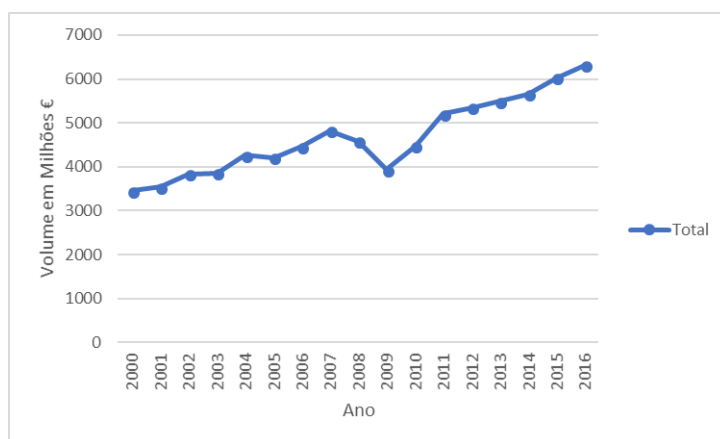
Gráfico 8 - Nascidos em Portugal e residentes na França entre 2005 e 2013



Fonte: Elaboração própria com dados obtidos no Observatório da Emigração

Se virarmos agora a atenção para os valores das exportações portuguesas para a França desde o início do milénio, verificamos que, à semelhança do número de residente em França, também os valores das exportações têm vindo a aumentar ligeiramente ao longo dos anos, passando de 3 459 milhões de euros em 2000, para 6 318,40 milhões de euros em 2016<sup>28</sup>. A França é o segundo maior parceiro comercial de Portugal e a balança comercial bilateral registou, em 2015, um saldo favorável a Portugal de 3 782 milhões de euros, o maior salto positivo para o país (Silva, 2016).

Gráfico 8.1 – Exportações de bens para a França entre 2000 e 2016 (em milhões €)



Fonte: Elaboração própria com base em dados estatísticos da PORDATA

<sup>28</sup> Ver tabela 19 em anexo.

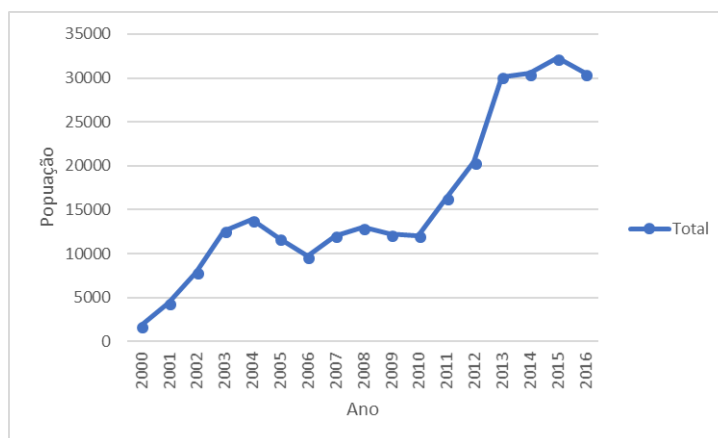
É interessante verificar que, por exemplo, no ano de 2013, os valores em € das exportações para a França (5 496,80 milhões) foram praticamente o dobro dos registados para o RU (2 612,60 milhões). Isso pode ser justificado, em parte, pelo número de população portuguesa a residir nesses países durante esse ano que contribuiu para o aumento das importações de produtos portugueses nos países respetivos, estamos a falar de 110 mil portugueses no Reino Unido, comparando com os 606 897 mil em França.

Atualmente, em França existem cerca de 45 mil empresas criadas por portugueses e lusodescendentes, sendo os principais setores de atividade a construção e a restauração, apesar de existirem casos de sucesso em outros setores, como a aeronáutica, as TIC, o design, a moda e o turismo (AICEP Portugal Global, 2018). Estas empresas constituem importantes redes com fortes ligações económicas e comerciais a Portugal, contribuindo para o desenvolvimento das relações bilaterais entre ambos os países. O número de empresas portuguesas que exportam para este país de acolhimento aumentou de 2 600 em 2010 para quase 5 mil em 2015, o que vem reafirmar a importância deste mercado na internacionalização das empresas portuguesas (Silva, 2016). Também é de destacar a presença de empresas portuguesas no território francês, como é o caso da Logoplaste, Inapa, Renova, Martifer, Visabeira, EDP, Renováveis, Simoldes, Salsa e Parfois. O papel das comunidades portuguesas em França é relevante no desenvolvimento das relações bilaterais. No ano de 2015, foram enviados cerca de 900 milhões de euros como remessas de França para Portugal. Mais de 3 mil portugueses e lusodescendentes foram eleitos nas últimas eleições autárquicas em França (Silva, 2016). Apesar das comunidades portuguesas estarem espalhadas por todo o país, é em Paris que se concentra a grande maioria, constituindo 70% da mesma, uma rede em permanente contacto com Portugal. A Câmara de Comércio e Indústria Franco-Portuguesa (CCIF-P) reúne cerca de 400 empresas portuguesas e francesas. Entre elas, é de destacar o setor do imobiliário que tem permitido a promoção da venda de imobiliário português em França, contando com a presença de mais de 100 empresas portuguesas em feiras internacionais. Para além da CCIF-P, existem ainda outros núcleos empresariais espalhados por toda a França que se têm revelado ser um importante apoio a empresas portuguesas que pretendem internacionalizar para a França. Neste país de destino de emigração portuguesa, é de realçar a forma como as comunidades portuguesas têm criado redes dinâmicas e diversificadas, com um importante contributo para o desenvolvimento de relações comerciais, institucionais e económicas entre ambos os países (Silva, 2016).

## Reino Unido

O Reino Unido é, atualmente, o principal destino de emigração dos portugueses. No ano 2000, contabilizaram-se cerca de 2 mil portugueses a deixar o seu país de origem com destino ao Reino Unido. Em 2015, esse valor já tinha aumentado para, aproximadamente, 32 mil emigrantes<sup>29</sup> e as entradas dos portugueses representavam 3,9% das entradas totais no Reino Unido. Este crescimento verificou-se mais acentuado entre os anos de 2000 a 2003, no ano que antecedeu a crise, 2007, e entre 2011 e 2015 (anos em que o valor duplicou, passando de 16 mil entradas para 32 mil) (Pires *et al.*, 2016).

Gráfico 9 - Entrada de portugueses no Reino Unido entre 2000 e 2016



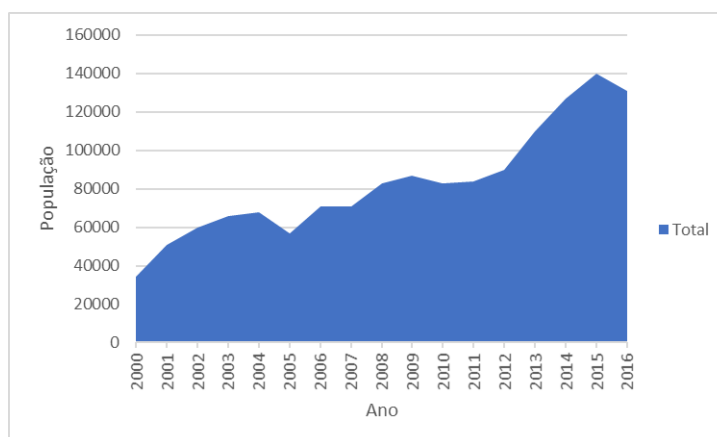
Fonte: Elaboração própria com dados obtidos no Observatório da Emigração

Como consequência deste aumento, também o número de residentes teve um acréscimo significativo. Em 2000, estimava-se que residiam no Reino Unido cerca de 34 mil portugueses. Em 2016, este número já chegava aos 131 mil<sup>30</sup>, um crescimento de 258% desde o início do milénio (Pires *et al.*, 2017). O Reino Unido era, no ano de 2016, o quinto país do mundo onde residiam mais portugueses emigrados.

<sup>29</sup> Ver tabela 20 em anexo.

<sup>30</sup> Ver tabela 21 em anexo.

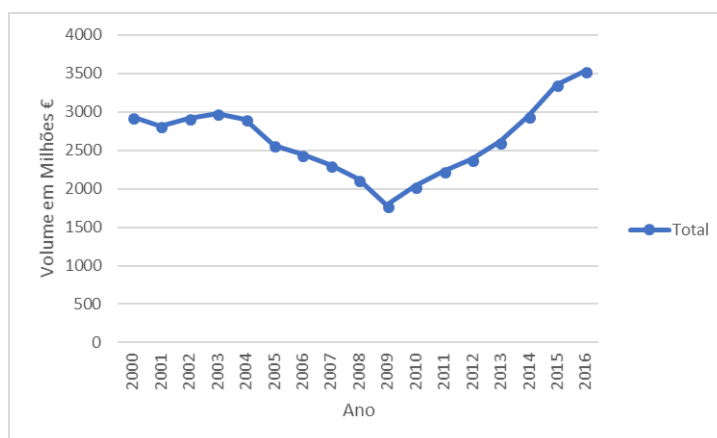
Gráfico 9.1 – Nascidos em Portugal e residentes no Reino Unido entre 2000 e 2017



Fonte: Elaboração própria com dados obtidos no Observatório da Emigração

Focando-nos agora nos valores das exportações, é interessante verificar se o nível de exportações para o Reino Unido acompanhou, de alguma forma, esta crescente onda de emigração.

Gráfico 9.2 – Exportações de bens para o Reino Unido entre 2000 e 2016 (em milhões €)



Fonte: Elaboração própria com base em dados estatísticos da PORDATA

De facto, ao compararmos os gráficos 9 e 9.1 com o gráfico 9.2, verificamos primeiramente entre os anos de 2001 e 2004, o aumento da emigração portuguesa para o Reino Unido foi acompanhada por um aumento também do valor das exportações para o mesmo país. Posteriormente, em 2009, houve uma quebra acentuada nas exportações, possivelmente justificada pela grave crise financeira que abalou Portugal e os restantes países da Europa em 2008. Por fim, entre os anos de 2011 e 2015, verificou-se, como já foi mencionado acima, a duplicação do número de emigrantes que escolheram o Reino Unido como país de destino, assim

como o número de residentes no país, e, proporcionalmente, também as exportações tiveram um aumento significativo, passando, durante esse período temporal, de 2 232,80 milhões de euros para 3 355,80 milhões de euros<sup>31</sup> (PORDATA, 2017).

Segundo dados apurados pela AICEP, entre 2012 e 2016, cerca de 4 345 empresas portuguesas estiveram envolvidas na exportação de bens para o Reino Unido. Em termos globais, em 2016, essas empresas representaram 13,2% do tecido empresarial exportador português, constituído por 20 837 operadores económicos. De um conjunto de 2 747 empresas exportadoras, 9 delas exportaram individualmente valores acima dos 50 milhões de euros, num total de 1 020,5 milhões de euros, correspondendo a 28,9% do total do valor exportado (AICEP Portugal Global, 2017d).

Exemplo do empreendedorismo português no Reino Unido é o do Grupo Mentaur. Trata-se de uma companhia privada que oferece serviços para adultos com dificuldades de aprendizagem, saúde mental e necessidades complexas. Foi fundada em 1988, por uma portuguesa, Isabel Melo, e em 2016 contava já com 10 unidades residenciais e um Centro de Recursos. Apesar do Grupo estar sediado no Reino Unido, são organizadas conferências em Portugal que contam com o Alto Patrocínio da Presidência da República Portuguesa. O Grupo marca presença em congressos nacionais e internacionais e o seu crescimento é notório, tendo sido reconhecido através da atribuição de diversos prémios. Em Portugal, foi-lhes atribuído o Prémio Empreendedorismo Inovador na Diáspora Portuguesa no ano de 2012 e o Prémio Talento 2007, na categoria empresarial. No Reino Unido, conquistaram o prémio *Outstanding Contribution to Social Care Award* em 2014 e o *Business Person of the Year* em 2015 (Melo, 2016).

Outro exemplo do empreendedorismo português no Reino Unido é a empresa *Farfetch*, criada por José Neves, em 2008. É uma empresa luso-britânica, uma vez que foi criada em Portugal e em Londres em simultâneo, apesar de ter a sua sede em Londres. A plataforma online de moda é um enorme sucesso mundial, tendo escritórios em 11 cidades, fazem entregas em mais de 190 países e foi considerado o primeiro unicórnio português, ou seja, uma empresa privada avaliada em mais de mil milhões de euros (Pereira, 2018).

Também a nível político os portugueses têm vindo a ter notoriedade no Reino Unido. Em abril de 2018, dois portugueses candidataram-se nas eleições locais de Inglaterra a vareadores

---

<sup>31</sup> Ver tabela 22 em anexo.

no concelho londrino de Tower Hamlets (*Diário de Notícias*, 2018). Nas mesmas eleições, Diogo Rodrigues foi eleito *mayor* pela cidade de Bridgwater, no sudoeste de Inglaterra (*Jornal de Notícias*, 2018). Este envolvimento de portugueses e lusodescendentes na política dos seus países de acolhimento não só promove Portugal e a sua cultura como, caso sejam eleitos, podem trazer para primeiro plano assuntos de interesse português e potencializar as relações institucionais entre ambos os países.

## 6. Considerações finais

### Conclusão

Os fluxos migratórios são um fenómeno complexo e com diversas consequências para os países envolvidos. Após analisarmos detalhadamente os 7 países apresentados acima, verificamos que Portugal tem beneficiado tanto comercialmente como institucionalmente com a sua diáspora.

De uma forma generalizada, podemos afirmar que a diáspora portuguesa tem funcionado como “embaixadora” de produtos portugueses, uma vez que tem contribuído para o aumento das trocas comerciais e do número de operadores económicos portugueses a contribuir com vendas ao exterior. Na verdade, com a exceção do Canadá (que tem uma comunidade de lusodescentes de quase meio milhão de pessoas), os principais países de acolhimento da emigração portuguesa são também os principais parceiros comerciais. No entanto, esta relação nem sempre é observável e proporcional uma vez que estão incluídos todos os tipos de bens nesta análise, desde máquinas e aparelhos, a bens alimentares, têxteis, mobiliários, etc.

Relativamente às relações institucionais, é bastante claro o impacto que a diáspora pode ter no estabelecimento de uma diplomacia económica entre o país de origem e o país de acolhimento. Através da comunidade de portugueses espalhada por diferentes países, Portugal tem estabelecido ligações, contactos e toda uma rede de conexões que promovem a cultura, a gastronomia, a língua e os produtos portugueses no estrangeiro, ao mesmo tempo que estimulam o empreendedorismo em Portugal, tanto através do retorno de emigrantes portugueses, como através de IDE. Assistimos a este fenómeno através do trabalho desenvolvido pelas Câmaras do Comércio e Indústria; de fundações como é o caso da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento; da AICEP, que dispõe de capital humano em 65 países; e do Governo de Portugal, com a representação de Conselheiros da Diáspora Portuguesa em 25 países do mundo, chegando aos 5 continentes. A participação de emigrantes portugueses e lusodescentes na esfera política das comunidades onde estão inseridos pode tornar-se numa oportunidade para colocar assuntos do interesse de Portugal em primeiro plano, quando tal se propicia. É de ressaltar, ainda, o importante papel que o GAE (Gabinete de Apoio ao Emigrante) e o GAID (Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora) têm no

apoio ao emigrante português que pretende retornar ao seu país e, possivelmente, transformar o *brain drain* que temos vindo a assistir nos últimos anos, em *brain gain*.

Este empenho de Portugal em manter uma relação de proximidade com a sua diáspora, aliado ao estabelecimento de contactos de rede que os emigrantes portugueses e lusodescendentes criam de forma natural no exterior, tem proporcionado inúmeras oportunidades económicas e políticas para Portugal.

Esperamos, com este trabalho, ter contribuído para o défice de estudos existentes sobre os efeitos da emigração portuguesa, assim como ter cooperado no fortalecimento da síntese de teorias existentes das migrações internacionais, já que há uma fraca integração destas na teoria e na reflexão económica.

### **Limitações**

Ao longo da realização deste trabalho, encontramos algumas limitações. A primeira limitação está relacionada com a recolha de dados estatísticos. Como pode ser verificado, nem sempre nos foi possível obter os dados relativos às entradas, permanências e exportação de bens para todos os países entre o período de análise pretendido, ou seja, de 2000 a 2016. Mesmo assim, consideramos que conseguimos obter valores suficientes para fazer uma análise assertiva e conclusiva.

A segunda limitação prende-se com o facto de não ter sido possível entrevistar os observadores privilegiados em todas as Câmaras de Comércio e Indústria dos países analisados como era primeiramente pretendido, com exceção da Câmara do Comércio e Indústria luso-alemã. No entanto, conseguimos entrevistar o Observatório das Migrações e a AICEP, onde nos foi fornecido diversos documentos e material de análise que, de outra forma, não teríamos tido acesso.

Por fim, assinalamos ainda como outra limitação o facto de as relações institucionais entre os países não serem constantemente documentadas, o que faz com que se torne difícil o acesso aos documentos e respetiva análise.

## 7. Referências Bibliográficas

- Baganha, M. I. (2009), “The Lusophone Migratory System: Patterns and Trends”, *International Migration*. Vol.47, N°3, pp. 5-20.
- Borjas, G. (2000), *Economics of Migration*, International Encyclopedia of the social and Behavioral Sciences, Section n°. 3.4, Article n°. 38.
- Brandenburg, U. (2014), 60 anos de relações luso-alemãs”, *Impak*, pp. 12-15.
- Carneiro, J. L. (2017), *II Encontro de Investidores da Diáspora/Interviewer: A. Bebiano*. (Suplemento), PORT.COM
- Carmo, H. e Ferreira, M.M. (2015). *Metodologia da Investigação: Guia Para Autoaprendizagem* (3ª ed.). Lisboa, Universidade Aberta.
- Comissão Europeia (2014), *Europa sem fronteiras: O espaço Schengen*. European Commission: Migration and Home Affairs.
- Évora, I. (2006), “Sobre a metodologia qualitativa: experiências em psicologia social”. *Seminários em psicologia*. Universidade Autónoma de Lisboa. 29.11.2006.
- Faustino, H.C., J. Peixoto, e P. Baptista (2009), "As características da Imigração em Portugal e os seus efeitos no comércio bilateral", *Observatório da Imigração*, Vol. 31, 237 p.
- Figueiredo, J.M. (2005), *Fluxos Migratórios e Cooperação para o Desenvolvimento: Realidades compatíveis no contexto Europeu?*. Lisboa. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional.
- Gheasi, M., e P. Nijkamp (2017), "A Brief Overview of International Migration Motives and Impacts, with Specific Reference to FDI", *Economies*, Vol. 5, n°31, pp. 1-11.
- Girma, S., e Z. Yu (2002). “The Link between Immigration and Trade: Evidence from the United Kingdom”, *Review of World Economics (Weltwirtschaftliches Archiv)*, Vol. 138, n°1, pp. 115-130.
- Gonçalves, N., e Africano A.P. (2009), *The Immigration and Trade Link in the European Union Integration Process*. Porto. Faculdade de Economia do Porto. FEP Working Papers.

Gonçalves, P. (2015), *A migração internacional e o processo de desenvolvimento na região norte de Moçambique: estudo de caso da província de Nampula*. Lisboa. Lisbon School of Economics & Management. Doutoramento em Estudos do Desenvolvimento.

Gould, D.M. (1994), “Immigrant Links to the Home Country: Empirical Implications for U.S. Bilateral Trade Flows”, *The Review of Economics and Statistics*. Vol. 76, nº2, pp. 302-316.

Justino, D. (2016), *Emigration from Portugal: Old Wine in New Bottles?*. Washington, DC. Migration Policy Institute.

Marques, J.C. e P. Góis (2017), “Structural Emigration: The Revival of Portuguese Outflows” in J.M. Lafleur e M. Stanek (editores) (2017), *South-North Migration of EU Citizens in Times of Crisis*, IMISCOE Research Series, pp. 65-82.

Massey, D.S., J. Arango, G. Hugo, A. Kouaouci, A. Pellegrino e J.E. Taylor (1993), “Theories of International Migration: A Review and Appraisal”, *Population and Development Review*, Vol. 19, nº3, pp 431-466.

Melo, I. (2016), “Empreendedorismo no Reino Unido”, *Portugal Global - O empreendedorismo da diáspora portuguesa*, nº 85, pp 14-15.

Meyrelles, B. (2014), “60 anos de Câmara Luso-Alemã – a responsabilidade de pensar para o futuro”, *Impak*, pp. 7-10.

Mundra, K. (2005), “Immigration and International Trade: A Semiparametric Empirical Investigation”, *The Journal of International Trade & Economic Development*. Vol. 14, nº1, pp. 65-91.

Nolasco, C. (2016), *Migrações Internacionais: Conceitos, Tipologia e Teorias*, CES Centro de Estudos Sociais, Oficina nº 434, 32 p.

OIM (2009), *Glossário sobre Migração*, Organização Internacional para as Migrações, nº 22.

PEM - *Plano Estratégico para as Migrações* (2015). Diário da República, 1ª série – Nº 56. Resolução do Conselho de Ministros nº 12-B/2015, 20 de março de 2015.

Peixoto, J. (2004), *As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas*. Lisboa. SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações. Instituto Superior de Economia e Gestão. Working Papers.

- Pereira, R. (2015), "Study in Portugal Network sempre a crescer nos Estados Unidos", *WE/FLAD*, nº 1, pp. 6-7.
- Pires, R.P., C. Pereira, J. Azevedo, I. Espírito-Santo, e I. Vidigal, (2016), *Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2016*. Lisboa. Observatório da Emigração.
- Pires, R.P., C. Pereira, J. Azevedo, I. Vidigal, e C.M. Veiga (2017), *Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2017*. Lisboa. Observatório da Emigração.
- Ramos, M.C.P. (1995), "Ciência Económica e Trabalho: Repensar a Teoria e os Métodos", in *Ensaios de Homenagem a Francisco Pereira de Moura*, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, pp. 753-788.
- Ramos, M.C.P. (2000) "Economic integration of Portugal in the European Union: effect on direct investment, migration and employment" in *Globalisation, Migration and Development*, Paris, OECD, pp. 158-179.
- Ramos, M.C.P. (2007), "Imigração, desenvolvimento e competitividade em Portugal", *Revista Economia e Sociologia*, nº 84, pp. 71-108.
- Ramos, M.C.P. (2012), "Migrações, Desenvolvimento e Dinâmicas Locais e Regionais". in: Pina, H.; Marques, H.; Ramos, M. C.; Remoaldo, P. (Orgs.) *Grandes Problemáticas do Espaço Europeu – Políticas de Ordenamento e Recomposições Territoriais nas Periferias Europeias*, Porto, FLUP, pp. 63-102.
- Ramos, M.C.P., P.A. Taran, I. Ivakhnyuk, e A. Tanner, (2009). *Economic Migration, Social Cohesion and Development: Towards an Integrated Approach*. Strasbourg: Council of Europe Pub.
- Ramos, S.F.M. (2014). *Dinâmicas transnacionais da emigração portuguesa em França*. Coimbra. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Dissertação de Mestrado.
- Santos, V. (2004), "O discurso oficial do estado sobre a emigração nos anos 60 e 80 e a imigração dos anos 90 à actualidade", *Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas*, Vol. 8, 160 p.
- Shrestha, N. (1987), "Institutional Policies and Migration Behavior: A Selective Review". in: R. Cohen (ed.), *Theories of Migration*, Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, pp. 329-345.

- Silva, A. (2016), “França: Um Mercado com uma forte Comunidade Portuguesa”, *Portugal Global - O empreendedorismo da diáspora portuguesa*, nº 85, pp 18-19.
- Simões, M.G. (2016), “ASPPA – Associação de Pós-Graduados Portugueses na Alemanha”, *Portugal Global - O empreendedorismo da diáspora portuguesa*, nº 85, pp 20-21.
- Sklair, L. (1995), *Sociologia do sistema global*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Sousa, P.P. (2017), “A diáspora portuguesa como prioridade da política externa de Portugal: entre o discurso e a prática”, *História. Revista da FLUP*. Porto. IV Série, Vol. 7, pp. 57-78.
- United Nations (2017), *International Migration Report 2017: Highlights*. Department of Economic and Social Affairs, Population Division.
- Vaz, M. (2016), “A FLAD como ponte transatlântica no II Luso-American Legislators’ Dialogue”, *WE/FLAD*, nº3, pp. 8-13.
- Vaz, M. (2017), “California Portuguese American Coalition”, *WE/FLAD*, nº6, pp. 22-23.
- Wagner, D., K. Head, e J. Ries (2002), “Immigration and the Trade of Provinces” *Scottish Journal of Political Economy*, Vol. 49, nº5, pp. 507-525.
- World Bank (2016). *Migration and Remittances Factbook 2016*, 3ª edição. Washington, DC: World Bank.

## Webgrafia

AICEP Portugal Global (2015a), *Canadá – Oportunidades e Dificuldades do Mercado*. Disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/Paginas/MercadosExternos.aspx?marketId=34>. Acedido em 05.06.2018.

AICEP Portugal Global (2015b), *Espanha – Análise de Exposição das Empresas Portuguesas Exportadoras de Bens (2010-2014)*. Disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/Paginas/MercadosExternos.aspx?marketId=02>. Acedido em 06.06.2018.

AICEP Portugal Global (2016a), *Canadá – Análise de Exposição das Empresas Portuguesas Exportadoras de Bens (2011-2015)*. Disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/Paginas/MercadosExternos.aspx?marketId=34>. Acedido em 05.06.2018.

AICEP Portugal Global (2016b), *Estados Unidos da América -Análise de Exposição das Empresas Portuguesas Exportadoras de Bens (2010-2014)*. Disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/Paginas/MercadosExternos.aspx?marketId=35>. Acedido em 06.06.2018.

AICEP Portugal Global (2017a), *Alemanha – Análise de Exposição a Mercados Externos*. Disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/Paginas/MercadosExternos.aspx?marketId=71>. Acedido em 12.05.2018

AICEP Portugal Global (2017b), *Alemanha – Oportunidades e Dificuldades do Mercado*. Disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/Paginas/MercadosExternos.aspx?marketId=71>. Acedido em 12.05.2018.

AICEP Portugal Global (2017c), *Angola – Empresas Portuguesas Exportadoras de Bens – Análise de Exposição a Mercados Externos*. Disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/Paginas/MercadosExternos.aspx?marketId=17>. Acedido em 05.06.2018.

AICEP Portugal Global (2017d), *Reino Unido – Análise de Exposição das Empresas Portuguesas Exportadoras de Bens (2012-2016)*. Disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/Paginas/MercadosExternos.aspx?marketId=18>. Acedido em 12.05.2018

AICEP Portugal Global (2018), *França – Ficha de Mercado*. Disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/LivrariaDigital/FrancaFichaMercado.pdf>. Acedido em 21.08.2018

Commonwealth Network, *The Commonwealth*. Disponível em: <http://www.commonwealthofnations.org/commonwealth/>. Acedido em 06.01.2018.

Cotec Portugal, *Empreendedorismo inovador na diáspora portuguesa*. Disponível em: [http://www.cotec.pt/diaspora/edicoes\\_anteriores](http://www.cotec.pt/diaspora/edicoes_anteriores). Acedido em 06.06.2018.

Diário de Notícias (29.04.2018), *Candidatos portugueses intensificam campanha para eleições locais em Londres*. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/interior/candidatos-portugueses-intensificam-campanha-para-eleicoes-locais-em-londres-9293444.html>. Acedido em 07.06.2018.

*Elevar o seu Negócio 4.0*. Disponível em <http://www.elevaroseunegocio.pt/index.php/o-programa>. Acedido em 02.12.2017.

Fundação AEP, *Regresso de uma Geração Preparada*. Disponível em: <http://www.emprender2020.pt/pt/projeto>. Acedido em 02.12.2017.

Fundação Luso-americana para o Desenvolvimento, Disponível em: <http://www.flad.pt/>. Acedido em 06.06.2018.

Jornal de Notícias (12.05.2018), *Diogo Rodrigues, o primeiro “mayor” português no Reino Unido*. Disponível em: <https://www.jn.pt/mundo/interior/diogo-rodrigues-o-primeiro-mayor-portugues-no-reino-unido-9333655.html>. Acedido em 07.06.2018.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Investir em Portugal- Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora*. Disponível em [https://www.portaldascomunidades.mne.pt/images/GADG/PDFs/gaid/Flyer\\_Portugues.pdf](https://www.portaldascomunidades.mne.pt/images/GADG/PDFs/gaid/Flyer_Portugues.pdf). Acedido em 28.04.2018

Pereira, J.M. (2018), José Neves, fundador da Farfetch: *Ser um unicórnio não nos “trouxe nenhuma responsabilidade que já não tínhamos”*. Disponível em <http://expresso.sapo.pt/economia/2018-03-17-Jose-Neves-fundador-da-Farfetch-Ser-um-unicornio-nao-nos-trouxe-nenhuma-responsabilidade-que-ja-nao-tinhamos-1#gs.30xVAVw>. Acedido em 01.05.2018

PORDATA (2017), *Exportações de bens: total e por principais países parceiros comerciais*. Disponível em [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt). Acedido em 22.10.2017.

Portal das Comunidades Portuguesas. *Gabinete de Apoio ao Emigrante*. Disponível em <https://www.portaldascomunidades.mne.pt/pt/gabinete-de-apoio-ao-emigrante-gae>.

Acedido em 02.12.2017.

República Portuguesa (2017). *Acordo Económico e Comercial Abrangente entre a UE e o Canadá (CETA) – Benefícios para as empresas portuguesas*. Disponível em: <http://www.oroc.pt/fo-tos/editor2/Divulgacoes/2017/CETA.pdf>. Acedido em 05.06.2018.

## 8. Anexos

### Anexo 1

Tabela 2 – Entradas de portugueses em 2016 por principais países de destino

| Países      | Nº de portugueses |
|-------------|-------------------|
| Alemanha    | 8 810             |
| Angola      | 3 908             |
| Bélgica     | 3 442             |
| Brasil      | 1 294             |
| Espanha     | 7 464             |
| França      | 18 700            |
| Holanda     | 1 961             |
| Luxemburgo  | 3 355             |
| Moçambique  | 1 439             |
| Reino Unido | 30 543            |
| Suíça       | 10 123            |

Fonte: Observatório das Migrações

### Anexo 2

Tabela 3 – Exportações portuguesas de bens por principais parceiros comerciais em 2016

| Países                    | Volume de exportações em milhões de € |
|---------------------------|---------------------------------------|
| Alemanha                  | 5 836,10 €                            |
| Angola                    | 1 501,70 €                            |
| Brasil                    | 538,60 €                              |
| China                     | 676,20 €                              |
| Espanha                   | 12 938,30 €                           |
| Estados Unidos da América | 2 465,20 €                            |
| França                    | 6 318,40 €                            |
| Itália                    | 1 726,10 €                            |
| Japão                     | 138,60 €                              |
| Países Baixos             | 1 874,10 €                            |
| Reino Unido               | 3 531,10 €                            |

Fonte: PORDATA

### Anexo 3

#### Alemanha

**Tabela 4** - Entrada de portugueses na Alemanha entre 2000 e 2016

| Ano  | Entradas |
|------|----------|
| 2000 | 11 369   |
| 2001 | 9 287    |
| 2002 | 7 955    |
| 2003 | 6 981    |
| 2004 | 5 570    |
| 2005 | 3 418    |
| 2006 | 3 371    |
| 2007 | 3 766    |
| 2008 | 4 214    |
| 2009 | 4 468    |
| 2010 | 4 238    |
| 2011 | 5 752    |
| 2012 | 9 054    |
| 2013 | 11 401   |
| 2014 | 10 121   |
| 2015 | 9 195    |
| 2016 | 8 810    |

Fonte: Observatório das Migrações

**Tabela 5** – Nascidos em Portugal e residentes na Alemanha entre 2000 e 2016

| Ano  | Residentes |
|------|------------|
| 2000 | 108 397    |
| 2001 | 107 057    |
| 2002 | 105 667    |
| 2003 | 105 135    |
| 2004 | 93 190     |
| 2005 | 92 136     |
| 2006 | 91 651     |
| 2007 | 91 253     |
| 2008 | 91 225     |
| 2009 | 90 203     |
| 2010 | 90 148     |
| 2011 | 92 343     |
| 2012 | 97 445     |
| 2013 | 104 084    |
| 2014 | 107 470    |
| 2015 | 110 384    |
| 2016 | 112 430    |

Fonte: Observatório das Migrações

**Tabela 6** – Exportações portuguesas de bens para a Alemanha em milhões € entre 2000 e 2016

| Ano  | Milhões    |
|------|------------|
| 2000 | 4 847,30 € |
| 2001 | 5 199,00 € |
| 2002 | 4 940,90 € |
| 2003 | 4 267,80 € |
| 2004 | 4 147,20 € |
| 2005 | 3 879,30 € |
| 2006 | 4 646,80 € |
| 2007 | 4 957,50 € |
| 2008 | 4 954,30 € |
| 2009 | 4 106,40 € |
| 2010 | 4 851,50 € |
| 2011 | 5 800,90 € |
| 2012 | 5 595,90 € |
| 2013 | 5 508,70 € |
| 2014 | 5 618,40 € |
| 2015 | 5 883,10 € |
| 2016 | 5 836,10 € |

Fonte: PORDATA

## Anexo 4

### Angola

**Tabela 7** - Entrada de portugueses em Angola entre 2000 e 2016

| Ano  | Entradas          |
|------|-------------------|
| 2000 | N/A <sup>32</sup> |
| 2001 | N/A               |
| 2002 | N/A               |
| 2003 | N/A               |
| 2004 | N/A               |
| 2005 | N/A               |
| 2006 | N/A               |
| 2007 | N/A               |
| 2008 | N/A               |
| 2009 | N/A               |
| 2010 | N/A               |
| 2011 | N/A               |
| 2012 | N/A               |
| 2013 | 4 651             |
| 2014 | 5 098             |
| 2015 | 6 715             |
| 2016 | 3 908             |

Fonte: Observatório das Migrações

**Tabela 8** – Exportações portuguesas de bens para Angola em milhões € entre 2000 e 2016

| Ano  | Milhões    |
|------|------------|
| 2000 | 371,00 €   |
| 2001 | 503,60 €   |
| 2002 | 569,60 €   |
| 2003 | 651,70 €   |
| 2004 | 671,10 €   |
| 2005 | 803,00 €   |
| 2006 | 1 210,20 € |
| 2007 | 1 684,30 € |
| 2008 | 2 261,30 € |
| 2009 | 2 242,40 € |
| 2010 | 1 905,70 € |
| 2011 | 2 330,10 € |
| 2012 | 2 988,50 € |
| 2013 | 3 112,70 € |
| 2014 | 3 177,90 € |
| 2015 | 2 099,10 € |
| 2016 | 1 501,70 € |

Fonte: PORDATA

---

<sup>32</sup> N/A: Não aplicável ou não disponível

## Anexo 5

### Canadá

**Tabela 9** - Entrada de portugueses no Canadá entre 2000 e 2016

| Ano  | Entradas |
|------|----------|
| 2000 | 468      |
| 2001 | 531      |
| 2002 | 362      |
| 2003 | 329      |
| 2004 | 336      |
| 2005 | 338      |
| 2006 | 423      |
| 2007 | 403      |
| 2008 | 665      |
| 2009 | 622      |
| 2010 | 629      |
| 2011 | 528      |
| 2012 | 560      |
| 2013 | 630      |
| 2014 | 637      |
| 2015 | 822      |
| 2016 | 845      |

Fonte: Observatório das Migrações

**Tabela 10** – Nascidos em Portugal e residentes no Canadá entre 2000 e 2016

| Ano  | Residentes |
|------|------------|
| 2000 | N/A        |
| 2001 | 153 530    |
| 2002 | N/A        |
| 2003 | N/A        |
| 2004 | N/A        |
| 2005 | N/A        |
| 2006 | 150 390    |
| 2007 | N/A        |
| 2008 | N/A        |
| 2009 | N/A        |
| 2010 | N/A        |
| 2011 | 140 310    |
| 2012 | N/A        |
| 2013 | N/A        |
| 2014 | N/A        |
| 2015 | N/A        |
| 2016 | 143 160    |

Fonte: Observatório das Migrações

**Tabela 11** – Exportações portuguesas de bens para o Canadá em milhões € entre 2000 e 2017

| Ano  | Milhões  |
|------|----------|
| 2000 | N/A      |
| 2001 | N/A      |
| 2002 | N/A      |
| 2003 | 164,30 € |
| 2004 | 176,30 € |
| 2005 | 140,90 € |
| 2006 | 153,90 € |
| 2007 | 146,60 € |
| 2008 | 188,60 € |
| 2009 | 137,60 € |
| 2010 | 178,40 € |
| 2011 | 205,00 € |
| 2012 | 184,20 € |
| 2013 | 213,10 € |
| 2014 | 258,10 € |
| 2015 | 358,30 € |
| 2016 | 281,20 € |
| 2017 | 295,70 € |

Fonte: Comissão Europeia Database

## Anexo 6

### Espanha

**Tabela 12** - Entrada de portugueses em Espanha entre 2000 e 2016

| Ano  | Entradas |
|------|----------|
| 2000 | 2 968    |
| 2001 | 3 057    |
| 2002 | 3 538    |
| 2003 | 4 825    |
| 2004 | 9 851    |
| 2005 | 13 327   |
| 2006 | 20 658   |
| 2007 | 27 178   |
| 2008 | 16 857   |
| 2009 | 9 739    |
| 2010 | 7 678    |
| 2011 | 7 424    |
| 2012 | 6 201    |
| 2013 | 5 302    |
| 2014 | 5 923    |
| 2015 | 6 638    |
| 2016 | 7 646    |

Fonte: Observatório das Migrações

**Tabela 13** – Nascidos em Portugal e residentes em Espanha entre 2000 e 2016

| Ano  | Residentes |
|------|------------|
| 2000 | 58 364     |
| 2001 | 62 610     |
| 2002 | 67 313     |
| 2003 | 71 843     |
| 2004 | 71 065     |
| 2005 | 80 846     |
| 2006 | 93 767     |
| 2007 | 111 575    |
| 2008 | 136 171    |
| 2009 | 148 154    |
| 2010 | 148 789    |
| 2011 | 146 298    |
| 2012 | 143 488    |
| 2013 | 134 248    |
| 2014 | 116 710    |
| 2015 | 107 226    |
| 2016 | 100 027    |

Fonte: Observatório das Migrações

**Tabela 14** – Exportações portuguesas de bens para Espanha em milhões € entre 2000 e 2016

| Ano  | Milhões     |
|------|-------------|
| 2000 | 5 467,00 €  |
| 2001 | 5 675,10 €  |
| 2002 | 6 296,80 €  |
| 2003 | 7 244,90 €  |
| 2004 | 8 082,60 €  |
| 2005 | 8 580,60 €  |
| 2006 | 10 136,30 € |
| 2007 | 10 978,90 € |
| 2008 | 10 826,10 € |
| 2009 | 8 623,70 €  |
| 2010 | 10 065,50 € |
| 2011 | 10 667,20 € |
| 2012 | 10 151,40 € |
| 2013 | 11 176,70 € |
| 2014 | 11 284,00 € |
| 2015 | 12 309,50 € |
| 2016 | 12 938,30 € |

Fonte: PORDATA

## Anexo 7

### Estados Unidos da América

**Tabela 15** - Entrada de portugueses nos EUA entre 2000 e 2016

| Ano  | Entradas |
|------|----------|
| 2000 | 1 343    |
| 2001 | 1 609    |
| 2002 | 1 313    |
| 2003 | 808      |
| 2004 | 1 069    |
| 2005 | 1 125    |
| 2006 | 1 409    |
| 2007 | 1 019    |
| 2008 | 772      |
| 2009 | 946      |
| 2010 | 755      |
| 2011 | 821      |
| 2012 | 811      |
| 2013 | 918      |
| 2014 | 832      |
| 2015 | 857      |
| 2016 | N/A      |

Fonte: Observatório das Migrações

**Tabela 16** – Nascidos em Portugal e residentes nos EUA entre 2000 e 2016

| Ano  | Residentes |
|------|------------|
| 2000 | 218 646    |
| 2001 | 210 269    |
| 2002 | 190 736    |
| 2003 | 188 874    |
| 2004 | 188 277    |
| 2005 | 179 463    |
| 2006 | 193 621    |
| 2007 | 266 612    |
| 2008 | 217 540    |
| 2009 | 171 506    |
| 2010 | 191 803    |
| 2011 | 177 561    |
| 2012 | 166 582    |
| 2013 | 158 002    |
| 2014 | 134 002    |
| 2015 | 163 768    |
| 2016 | 148 208    |

Fonte: Observatório das Migrações

**Tabela 17** – Exportações portuguesas de bens para os EUA em milhões € entre 2000 e 2016

| Ano  | Milhões    |
|------|------------|
| 2000 | 1 525,00 € |
| 2001 | 1 538,70 € |
| 2002 | 1 570,60 € |
| 2003 | 1 599,90 € |
| 2004 | 1 746,50 € |
| 2005 | 1 653,00 € |
| 2006 | 2 105,30 € |
| 2007 | 1 787,10 € |
| 2008 | 1 340,00 € |
| 2009 | 1 012,10 € |
| 2010 | 1 322,90 € |
| 2011 | 1 496,20 € |
| 2012 | 1 865,50 € |
| 2013 | 1 997,70 € |
| 2014 | 2 110,40 € |
| 2015 | 2 566,70 € |
| 2016 | 2 465,20 € |

Fonte: PORDATA

## Anexo 8

### França

**Tabela 18** – Nascidos em Portugal e residentes em França entre 2000 e 2016

| Ano  | Residentes |
|------|------------|
| 2000 | N/A        |
| 2001 | N/A        |
| 2002 | N/A        |
| 2003 | N/A        |
| 2004 | N/A        |
| 2005 | 567 000    |
| 2006 | 569 600    |
| 2007 | 576 084    |
| 2008 | 580 240    |
| 2009 | 585 000    |
| 2010 | 588 276    |
| 2011 | 592 281    |
| 2012 | 599 333    |
| 2013 | 606 897    |
| 2014 | N/A        |
| 2015 | N/A        |
| 2016 | N/A        |

Fonte: Observatório das Migrações

**Tabela 19** – Exportações portuguesas de bens para a França em milhões € entre 2000 e 2016

| Ano  | Milhões    |
|------|------------|
| 2000 | 3 459,00 € |
| 2001 | 3 543,70 € |
| 2002 | 3 835,80 € |
| 2003 | 3 861,70 € |
| 2004 | 4 269,40 € |
| 2005 | 4 204,80 € |
| 2006 | 4 464,70 € |
| 2007 | 4 822,90 € |
| 2008 | 4 579,70 € |
| 2009 | 3 931,70 € |
| 2010 | 4 473,70 € |
| 2011 | 5 206,70 € |
| 2012 | 5 351,30 € |
| 2013 | 5 496,80 € |
| 2014 | 5 658,60 € |
| 2015 | 6 031,40 € |
| 2016 | 6 318,40 € |

Fonte: PORDATA

## Anexo 9

### Reino Unido

**Tabela 20** - Entrada de portugueses no RU entre 2000 e 2016

| Ano  | Entradas |
|------|----------|
| 2000 | 1 811    |
| 2001 | 4 396    |
| 2002 | 7 915    |
| 2003 | 12 603   |
| 2004 | 13 850   |
| 2005 | 11 710   |
| 2006 | 9 700    |
| 2007 | 12 040   |
| 2008 | 12 980   |
| 2009 | 12 230   |
| 2010 | 12 080   |
| 2011 | 16 350   |
| 2012 | 20 443   |
| 2013 | 30 121   |
| 2014 | 30 546   |
| 2015 | 32 301   |
| 2016 | 30 543   |

Fonte: Observatório das Migrações

**Tabela 21** – Nascidos em Portugal e residentes no RU entre 2000 e 2016

| Ano  | Residentes |
|------|------------|
| 2000 | 34 000     |
| 2001 | 51 000     |
| 2002 | 60 000     |
| 2003 | 66 000     |
| 2004 | 68 000     |
| 2005 | 57 000     |
| 2006 | 71 000     |
| 2007 | 71 000     |
| 2008 | 83 000     |
| 2009 | 87 000     |
| 2010 | 83 000     |
| 2011 | 84 000     |
| 2012 | 90 000     |
| 2013 | 110 000    |
| 2014 | 127 000    |
| 2015 | 140 000    |
| 2016 | 131 000    |

Fonte: Observatório das Migrações

**Tabela 22** – Exportações portuguesas de bens para o RU em milhões € entre 2000 e 2016

| Ano  | Milhões    |
|------|------------|
| 2000 | 2 938,50 € |
| 2001 | 2 818,80 € |
| 2002 | 2 918,20 € |
| 2003 | 2 980,30 € |
| 2004 | 2 908,10 € |
| 2005 | 2 570,00 € |
| 2006 | 2 451,10 € |
| 2007 | 2 309,00 € |
| 2008 | 2 123,10 € |
| 2009 | 1 787,90 € |
| 2010 | 2 039,00 € |
| 2011 | 2 232,80 € |
| 2012 | 2 386,00 € |
| 2013 | 2 612,60 € |
| 2014 | 2 943,90 € |
| 2015 | 3 355,80 € |
| 2016 | 3 531,10 € |

Fonte: PORDATA